


A Sociologia da Cultura no Brasil em artigos (2008–2018)

Edson Farias^{1,II} Bruno Gontyjo do Couto^{III} Tiago Rodrigues^{IV}

Introdução

Ao contrário do que propõem alguns intérpretes sobre experiências semelhantes nos Estados Unidos e na Europa Ocidental (Grindstaff; Hall; Lo, 2010), o despertar da Sociologia da Cultura no Brasil não se deu nos rastros das problematizações resultantes da implantação de uma estrutura social pós-industrial, com primazia concedida aos serviços e, nestes, aos ramos do lazer, do entretenimento, do consumo cultural. Até porque entre nós, à contramão de uma concepção etapista e linear de desenvolvimento socioeconômico, os arranjos urbano-industriais e pós-industriais fizeram-se (fazem-se) contemporâneos. Quando muitas narrativas genealógicas das Ciências Sociais no país vislumbram em dois baluartes da interpretação do Brasil, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, figuras intelectuais decisivas ao advento de um padrão cognitivo centrado na ideia de cultura — uma vez que as respectivas obras mais celebradas de um e de outro, *Casa-Grande e Senzala* (Freyre, 1987) e *Raízes do Brasil* (Holanda, 2006), inaugurariam o uso da abordagem culturalista na cognição sobre

a sociedade e a civilização brasileiras —, em última instância, explicitam o contexto socioestrutural, institucional e epistêmico sobre o qual se ergueram os estudos sociais sobre a cultura. Para além dos meios institucionais à organização do registro do saber em que se inscreveram, ambas as obras se anteciparam ao fato de que a cumplicidade estabelecida entre questão nacional, formação do povo-nação e as diferentes fases do capitalismo fecundou os temas das primeiras agendas de pesquisa, estudos e reflexões da Sociologia da Cultura entre nós (Queiroz, 1989, p. 29–46).

Já a entrada em funcionamento das primeiras universidades públicas, na década de 1930, repercute a emergência de uma nova cartografia do saber, enfaticamente laico-científica, no interior da qual o social (enquanto trama de mútuas reciprocidades que condicionam os destinos pessoais) diz respeito à realidade empírica a ser examinada e conceituada pelo conhecimento científico (CANDIDO, 2006a). No escopo dessa cartografia, igualmente, as tantas semânticas da cultura respondem às coordenadas da razão social, cada vez mais consagrada às disciplinas socioantropológicas. O ponto instaurador da

^IPrograma de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mail: nilosed@gmail.com

^{II}Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Salvador (BA), Brasil.

^{III}Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mail: brunogcouto@gmail.com

^{IV}Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: tiagosociologia@gmail.com

Recebimento em: 07/05/2019. Aprovado em: 18/11/2019.

institucionalização/diferenciação epistêmica da Sociologia da Cultura no Brasil deu-se com esse amplo redesenho dos saberes. Os relatos concedem o *status* de figura exemplar a Roger Bastide no esforço de demarcar o espaço da Sociologia da Cultura. Afinal, com ele seria vocalizado o eixo gnosiológico pelo qual se articula a montagem do espaço intelectual-institucional desse ramo sociológico, a saber, o problema em torno dos processos de simbolização — entendidos como efeitos expressivos comunicacionais (as significações) referentes ao funcionamento de sistemas de sinais, mas à luz da correlação entre formas culturais e grupos sociais/sociedades.

Inicialmente, nos *Cahiers Internationaux de Sociologie* em 1948, no artigo *Problemas da sociologia da arte*, Bastide (2006) retoma alguns tópicos desenvolvidos no livro *Arte e Sociedade* (Bastide, 1971). Particularmente, opondo-se às perspectivas vigentes no campo da “sociologia da estética”, ele propõe um deslocamento da ênfase na problematização sociológica: a seu ver, a tônica deveria cair em esquemas analíticos que abordem a arte do prisma “formal ou funcional”. Descartando, assim, o viés “naturalista” cuja premissa é de estar a materialidade artística dotada de um valor em si, concebe a arte na condição de “linguagem e valor”. Identificado ao modelo maussiano do fato social total, Bastide (1971) recusa conceber a arte como uma atividade marginal à sociedade. Desse modo, propõe dividir, mas tendo-as articuladas, a sociologia estética em

uma que se ocupa dos condicionamentos sociais do público pelos gostos e pelos pontos de vista do “criador” e, no anverso, outra que perscruta a atuação do receptor sobre o criador, “impondo-lhe seus gostos e seus desejos” (Bastide, 2006, p. 4). Mais adiante, no mesmo texto, o autor requisita atenção para as mediações e os mediadores situados entre os polos da criação e da recepção. Sem abdicar da defesa de uma perspectiva interdisciplinar, no limite, interessa-lhe circunstanciar a sociologia estética pela tarefa de examinar como, nos contatos socioculturais, os bens artísticos atuam na formação das disposições psíquicas das pessoas e, portanto, estão diretamente vinculados à base de emergência e continuidade dos estilos de vida.

A problematização de Bastide acerca da interligação das formas culturais com as estruturas sociais, sobre a qual se levantou a sociologia da cultura no país¹, permanece até os dias de hoje, quando essa subdisciplina ostenta grau elevado de institucionalidade. A referência à institucionalização diz respeito ao encadeamento histórico em que esse ramo socioantropológico ratifica sua diferencialidade em relação a outros sistemas sociais de produção de saberes, especialmente no campo do conhecimento, na medida mesma em que ocupa espaço físico e estatutário nas universidades e nos institutos de pesquisa. No andamento deste texto, o empenho de realizar um balanço bibliográfico responde ao objetivo de refletir sobre a diferenciação epistêmica da So-

1 Nos rastros deixados por Bastide (1959), ainda em sua “fase de formação” — na década de 1940 (Garcia, 2001, p. 143-167) —, Florestan Fernandes voltou-se à questão do folclore sob duas perspectivas: em uma, passando em exame como as brincadeiras infantis, que cruzam intercursos geracionais na cidade de São Paulo, deixam ver como tais costumes executam importante função socializadora, mas são postos em xeque pela intensa mudança social em que a cidade se tornava um centro industrial no qual se erguia uma estrutura social “vertical competitiva” capitalista (Fernandes, 2004). Na outra, quando participa do debate epistemológico no país, interroga o lugar do folclore nas Ciências Sociais (Cavalcanti; Vilhena, 1992, p. 101-112; Vilhena, 1997), questionando a tendência de esses estudos priorizarem etnografias das práticas culturais e símbolos em descompasso com os específicos contextos sócio-históricos em que se inscrevem (Fernandes, 1978).

ciologia da Cultura. Sob esse ponto de vista, aqui importa verificar as convergências (mas também distanciamentos) estabelecidas(os) entre modelos teórico-analíticos, repertórios temáticos, modos de problematização e procedimentos adotados na pesquisa, no estudo e na reflexão sociológica dos fenômenos identificados pela rubrica da cultura, deixando por saldo o reconhecimento de uma especificidade gnosiológica no interior das humanidades no campo acadêmico brasileiro.

Em um primeiro momento, a meta de situar a produção intelectual da Sociologia da Cultura no campo acadêmico brasileiro contemporâneo, em que a manifesta tônica depositada na permanência da questão nacional contracena com a crescente inflexão do que se tem chamado de “internacionalização” e no qual se concede prioridade ao artigo como gênero literário de divulgação científica, motivou a escolha desse mesmo gênero como foco empírico que sustenta a primeira parte da argumentação aqui desenvolvida. Desse modo, no primeiro item, expõe-se e faz-se a triagem dos dados resultantes do tratamento bibliográfico realizado com o intuito de traçar um descritivo quadro sintético da produção intelectual dessa subárea da Sociologia. No tratamento dessa materialidade discursiva, na seção seguinte, recorre-se ao tratamento de caráter qualitativo (como revisão sistemática e análise de documentos), de forma a complementar ou criar outras possibilidades analíticas a respeito do objeto de conhecimento em questão. O nosso interesse está em examinar os aspectos que sinalizam maneiras e caminhos pelos quais as Ciên-

cias Sociais brasileiras ratificam problemas nevrálgicos já consagrados no imaginário socioantropológico do país; simultaneamente, entreveem a participação desse campo de saber em agendas internacionais de pesquisa. Assim, com o propósito de refletir a respeito do entrecruzamento dessas tendências mais contemporâneas com os eixos constituintes da subdisciplina no Brasil, no item seguinte, o interesse em vasculhar um conjunto de balanços bibliográficos anteriores pretende identificar as linhas de forças divisórias que, a um só tempo, impõem-se como fundos hermenêuticos e arquivos referenciais dos enunciados identificados à rede discursiva da Sociologia da Cultura, as quais chamamos de regionalidades epistêmicas. A título de digressão, então, no final do texto, ocupamo-nos de possíveis encontros e fusões entre essas regionalidades epistêmicas na produção contemporânea da Sociologia da Cultura brasileira.

Por um panorama dos anos de 2008 a 2018

Em um primeiro momento, com a meta de delinear o perfil da subárea de Sociologia da Cultura no país, adotamos por procedimento um exame estritamente institucional. Os resultados dessa aproximação permitiram-nos constatar que, ao lado de outras subdisciplinas, a Sociologia da Cultura registra uma notável expansão dos anos 2000 para cá. De acordo com o nosso levantamento, dos 54 programas de pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais hoje em funcionamento², notamos a presença de pro-

2 Segundo o *Documento de Área*, elaborado pelo Comitê da Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Brasil, 2016, p. 3), em 14 anos o “número de programas cresceu 86%, passando de 29, em 1998, para 54, em 2016. Em 2016, o quadro da área contabilizava 21 cursos de mestrado, um de doutorado, 30 programas com mestrado e doutorado e dois mestrados profissionais; além de um Programa em Rede para formação de Sociólogos (ProfSocio)”.

fessores(as) indicando realizarem pesquisas voltadas para a “cultura” em praticamente todo o conjunto dessas unidades de ensino e pesquisa. No mesmo mapeamento, ainda que em número menor, identificamos a mesma tendência de crescimento no tocante à existência de linhas de pesquisa dedicadas exclusivamente à Sociologia da Cultura.

De posse desse perfil institucional, mas já em resposta ao propósito de traçar um painel da produção bibliográfica de artigos, no âmbito da Sociologia da Cultura no Brasil, optamos por direcionar os procedimentos de levantamento de dados para o período entre 2008 e 2018. O *corpus* resultou de uma coleta que respondeu ao emprego de 20 termos de buscas de títulos, definidos a partir do panorama preliminar feito a respeito das linhas e das produções acadêmicas vinculadas aos principais programas de pós-graduação, anteriormente apresentados. Os termos foram: “artes”, “teatro”, “cinema”, “música”, “televisão”, “audiovisual”, “livro”, “indústrias criativas”, “indústrias culturais”, “políticas culturais”, “economia da cultura”, “cultura popular”, “culturas populares”, “festas populares”, “patrimônio material”, “patrimônio

cultural”, “*games*”, “moda”, “gastronomia” e “literatura”. A escolha pelos artigos científicos e por tal intervalo, por um lado, levou em conta a opção feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por priorizar a publicação desse gênero literário no momento de avaliar programas de pós-graduação e seus respectivos professores — fator comentado adiante. Por outro lado, como a referida tônica se deu no início dos anos 2000, decidimos dirigir nosso olhar à segunda metade dessa década, porque concluímos que, com a passagem de tempo transcorrida, a produção bibliográfica já conteria elementos relacionados à nova orientação. Posto esse primeiro critério de periodização, adotamos a premissa de que a construção de um quadro bibliométrico da produção na subárea, dentro do intervalo de 11 anos, seria indispensável para entender a evolução recente desse subcampo da Sociologia no Brasil. Assim, mediante a pesquisa no acervo dos 49 periódicos classificados com *Qualis* A1 e A2 na área de Sociologia pela avaliação da mesma CAPES, referente ao quadriênio 2013–2016³, foram feitos o inventário e a análise de mais de 200 artigos

3 São estas as 49 revistas consultadas: 1. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso); 2. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP. Impresso); 3. *Cadernos Metrópole* (PUC-SP); 4. *Cadernos Pagu* (Unicamp. Impresso); 5. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso); 6. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* (impresso); 7. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso); 8. *Educação & Sociedade* (impresso); 9. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (impresso); 10. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso); 11. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política* (on-line); 12. *Mana* (UFRJ. Impresso); 13. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (impresso); 14. *Revista de Antropologia - USP*; 15. *Revista Sociologia & Antropologia* (UFRJ); 16. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso); 17. *Sociologias* (UFRGS. Impresso); 18. *Tempo Social* (USP. Impresso); 19. *Cadernos Cedes* (impresso); 20. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso); 21. *Ciências Sociais Unisinos*; 22. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*; 23. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*; 24. *Educação e Realidade*; 25. *Estudos Feministas*; 26. *Novos Estudos CEBRAP* (impresso); 27. *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso); 28. *Organizações & Sociedade* (on-line); 29. *Psicologia & Sociedade* (impresso); 30. *Psicologia: Ciência e Profissão*; 31. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso); 32. *Rac. Revista de Administração Contemporânea* (on-line); 33. *Religião e Sociedade*; 34. *Revista Brasileira de Educação* (impresso); 35. *Revista Brasileira de Estudos de População* (impresso); 36. *Revista Brasileira de Política Internacional* (on-line); 37. *Revista Brasileira de Sociologia*; 38. *Revista Ciências Sociais Unisinos*; 39. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (impresso); 40. *Revista de História* (USP); 41. *Revista de Saúde Pública* (USP. Impresso); 42. *Revista Direito GV*; 43. *Revista Estudos Feministas*; 44. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*; 45. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso); 46. *Sociologia, Problemas e Práticas*; 47. *Trabalho, Educação e Saúde* (on-line); 48. *Trans/Form/Ação* (Unesp. Marília. On-line); e 49. *Vibrant* (Florianópolis).

publicados entre os anos de 2008 e 2018. Vale observar que, em uma primeira etapa do levantamento, abarcaram-se também as revistas do extrato B1, da mesma classificação do *Qualis* CAPES. Com isso, nesse mapeamento, foram listados 120 periódicos, identificando-se algo próximo de 600 artigos. Estando cientes das consequências, entre elas deixar de identificar temáticas, abordagens e mesmo autores(as) emergentes, não obstante tomamos a decisão de concentrar a análise nas revistas dos estratos A1 e A2, por entender que o montante contido nessa amostra mais restrita seria o suficiente para expor e refletir sobre os aspectos dessa produção intelectual com duração e repercussão de maior abrangência.

Para a coleta de dados, as buscas foram realizadas no próprio *site* de cada uma das revistas por meio da inserção combinada dos 20 termos de pesquisa anteriormente elencados, de modo que o sistema de busca incorporasse o maior número de publicações potencialmente vinculadas ao campo da Sociologia da Cultura. O processo foi feito duas vezes em todos os *sites* utilizando as opções de pesquisa em resumos e termos indexados no campo “escopo de busca”. Além disso, foi utilizada a opção que restringe a busca para um intervalo de tempo específico (no caso, de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2018). Feitas as buscas, os pesquisadores também realizaram uma triagem manual para avaliar a pertinência temática dos textos encontrados. Ao todo, foram selecionados 221 artigos para a análise bibliométrica.

Na primeira etapa, essa amostra de textos foi lida e examinada pelos próprios pesquisadores, que avaliaram e registraram os seguintes aspectos com apoio do *software* Excel: periódico em que foi publicado; ano de publicação; autor(a) e coautor(a); filiação institucional deles(as); principal tema do ar-

tigo; objeto de estudo; método adotado; técnicas utilizadas. Por meio desses dados, foi possível mapear uma porção bem representativa da produção textual, no que se refere a artigo, do campo da Sociologia da Cultura no Brasil, bem como identificar as principais tendências no intervalo de 11 anos.

Na segunda etapa, a amostra de textos foi submetida a um *software* de análise textual e léxica, o *TextSTAT*, que quantificou o número de vezes que determinado(a) autor(a) foi mencionado(a) ou citado(a) ao longo de todo o conjunto de artigos. As menções são contabilizadas todas as vezes que o nome de um(a) autor(a) aparece em qualquer parte do texto. Já a contagem de citações só leva em conta quantos artigos citaram determinado(a) autor(a), independentemente do número de vezes em que ele(a) foi citado(a) por um mesmo artigo.

No conjunto das 49 revistas analisadas, algumas se destacaram das demais por apresentarem um índice bem mais elevado de publicações na área da Sociologia da Cultura. As cinco revistas com maior número de artigos publicados — *Tempo Social* (Universidade de São Paulo — USP), *Sociologia & Antropologia* (Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ), *Sociedade & Estado* (Universidade de Brasília — UnB), *Revista de Antropologia* (USP) e *Caderno CRH* (Universidade Federal da Bahia — UFBA) — foram responsáveis por 50% da amostra total (Gráfico 1).

No que diz respeito à quantidade de artigos publicados na área ao longo dos 11 anos, pode-se observar uma tendência de crescimento relativamente estável. Foi publicada uma média de 20 artigos, a cada ano (Gráfico 2).

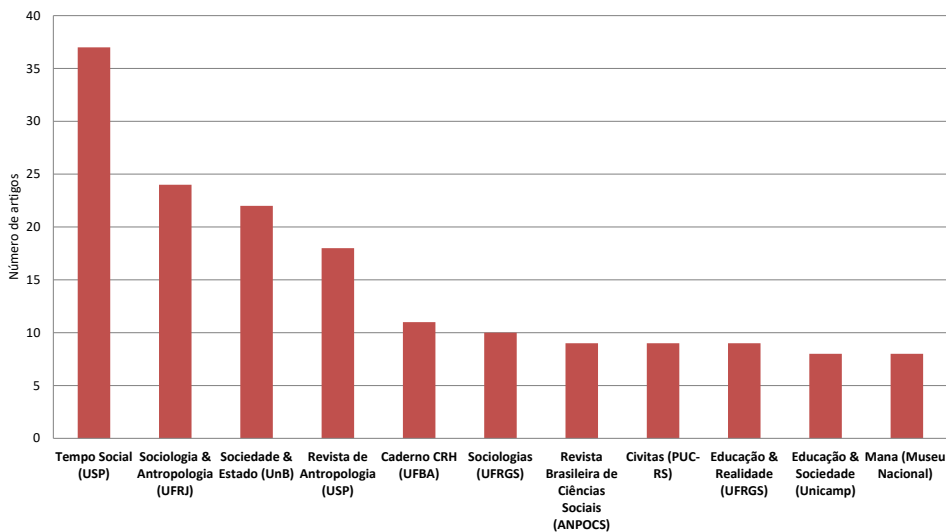
Como observado no caso das revistas, a filiação institucional dos(as) autores(as) também revela uma tendência de concentração

razoável, com grande número de artigos assinados por professores(as) das universidades dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em torno de 40% dos artigos são de autores(as) da USP, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), da UFRJ, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, por mais que exista a tendência de concentração, nota-se uma tendência de ampliação e maior pluralidade na composição desse painel. Nesse sentido, chama atenção o fato de

que universidades em outras regiões do país (tais como a UnB, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e a UFBA) têm se destacado no campo da Sociologia da Cultura. Além disso, trata-se de um campo que vem se difundindo, registrando presença em universidades como Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), entre outras (Tabela 1).

Por outro lado, a Sociologia da Cultura brasileira apresenta alto índice de participa-

Gráfico 1 – Revistas (*Qualis* A1 e A2 para a área de Sociologia) que mais publicaram sobre Sociologia da Cultura brasileira (2008–2018).



USP: Universidade de São Paulo; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UnB: Universidade de Brasília; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Unicamp: Universidade Estadual de Campinas.

ção internacional: 27,5% dos artigos foram assinados por autores vinculados a instituições estrangeiras. Boa parte deles, por volta de um terço, está em universidades portuguesas. Outro terço está vinculado a universidades dos Estados Unidos, da Argentina e do México. O restante está em diferentes países, tais como Inglaterra, Espanha, França, Ucrânia, Colômbia etc.

No que diz respeito à autoria dos artigos, a área apresenta uma distribuição acentuada, com poucos(as) autores(as) tendo publicado mais de dois artigos, dentro da amostra selecionada. A principal autora é a professora Heloísa Pontes (Unicamp), com cinco artigos. Além dela, destacam-se Eliska Altmann (UFRJ), Guilherme Gomes Júnior (PUC-SP), Roberto Grun (UFSCar) e Rodrigo Dias da Silva (UFFS), com três artigos publicados cada. É importante destacar que a técnica de mapeamento bibliométrico uti-

lizada não dá conta de todo o universo de publicações na área de Sociologia da Cultura no Brasil, ao longo do período aqui abordado. Trata-se de uma amostra específica (não probabilística) que permite fazer inferências sobre o desenvolvimento da área, mas que não representa a sua totalidade (nem permite a medição de um intervalo de confiança). Nesse sentido, é possível que autores(as) que publicaram um ou mais artigos de Sociologia da Cultura nas revistas selecionadas não tenham sido detectados(as) no mapeamento. O principal motivo para tal é que a lista de palavras-chave utilizada não esgota todas as possibilidades de termos presentes nos indexadores (Gráfico 3).

Um segundo grupo de autores(as) destaca-se por assinar mais de um artigo (Gráfico 4).

Entre os(as) autores(as) vinculados(as) a instituições estrangeiras, quatro destacaram-

Gráfico 2 – Número de artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados, por ano, nas revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia).

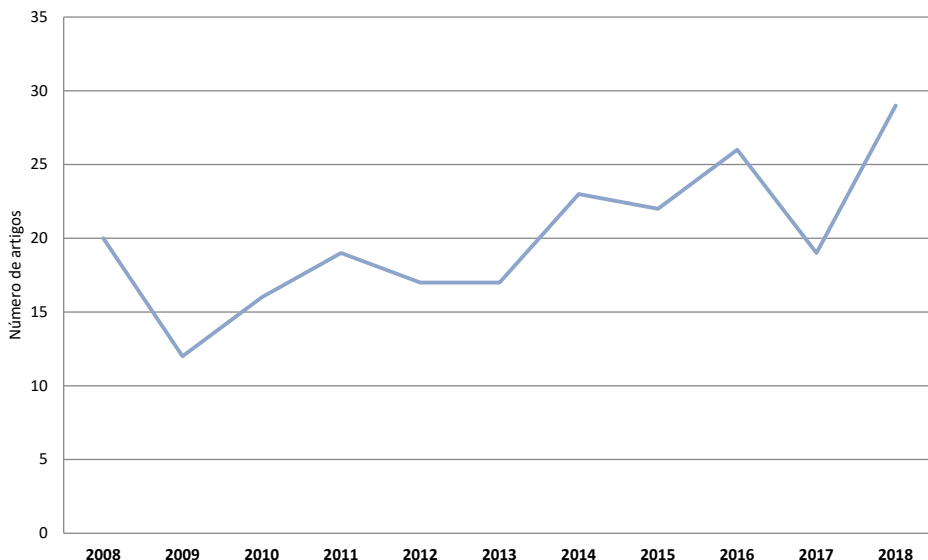
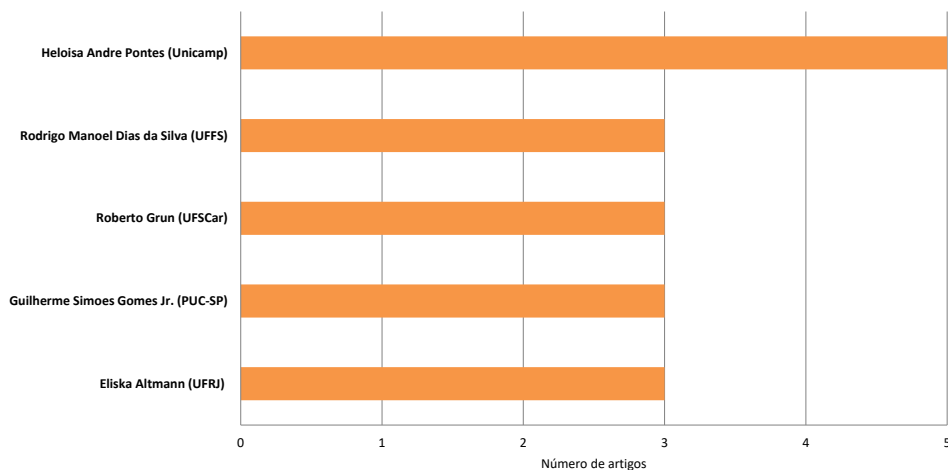


Tabela 1 – Instituições com maior número de artigos na área da Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.

Instituição	Quantidade de artigos
USP – Universidade de São Paulo	26
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas	18
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	18
UFF – Universidade Federal Fluminense	9
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo	8
UnB – Universidade de Brasília	7
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6
UFBA – Universidade Federal da Bahia	6
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos	4
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	4
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	3
UFC – Universidade Federal do Ceará	3
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	3
UFMA – Universidade Federal do Maranhão	3
UFFS – Universidade Federal da Fronteira do Sul	3

Gráfico 3 – Autores(as) com maior número de artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.



Unicamp: Universidade Estadual de Campinas; UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul; UFSCar: Universidade Federal de São Carlos; PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

-se também por terem publicado mais de um artigo na amostra selecionada (Tabela 2).

Com relação aos referenciais mais mencionados pelo conjunto dos artigos, a análise retornou com os principais nomes da Sociologia internacional e nacional, como esperado. As menções foram calculadas de acordo com o total de vezes que um nome se repetiu (Gráfico 5).

No que se refere aos(as) autores(as) mais citados(as), a análise mensurou apenas em

quantos artigos determinado(a) autor(a) brasileiro(a) foi citado(a), independentemente do número de vezes em que ele(a) aparece no mesmo artigo. Dessa forma, procurou-se mapear o alcance de cada autor(a) enquanto referência do total de autores da amostra. Assim, do ponto de vista dessa amostra, as principais referências no campo da Sociologia da Cultura no Brasil, entre 2008 e 2018, foram Sergio Miceli, Heloísa Pontes, Rober-

Gráfico 4 – Autores(as) com dois artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira em revistas de *Qualis* A1 e A2 (2008–2018).



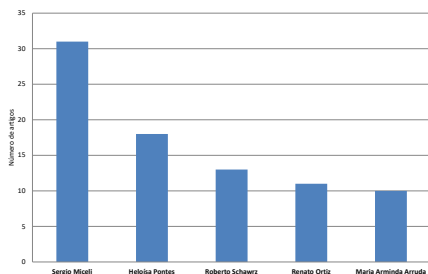
Tabela 2 – Autores(as) estrangeiros(as) com dois artigos (com filiação).

Autores(as)	Filiação
Alejandro Blanco	Universidad Nacional de Quilmes
Gustavo Blasquez	Universidad Nacional de Córdoba
Paula Guerra	Universidade do Porto
Ricardo Campos	Universidade Nova de Lisboa

- agentes culturais;
- campo cultural;
- cinema;
- mídia e política;
- profissão artística (foco na trajetória artística);
- produção cultural;
- intelectuais e política;

- circulação da cultura, mas com foco restrito ao problema da circulação de ideias;
- memória;
- relações entre consumo cultural e formas de desigualdade.

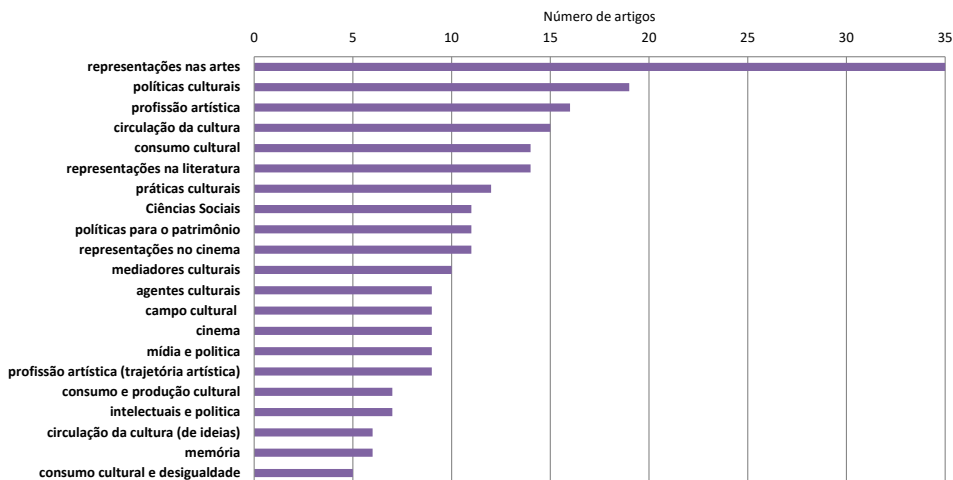
Gráfico 6 – Autores(as) brasileiros(as) mais citados(as) nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.



O mesmo processo foi feito para o mapeamento dos objetos de pesquisa mais presentes na amostra de artigos. Assim, com amplo domínio de conteúdos relativos aos contextos empíricos brasileiros, os principais objetos analisados pelos artigos são (Gráfico 8):

- cinema;
- literatura;
- meios de comunicação de massa (como um todo);
- música;
- artes visuais;
- cultura popular;
- políticas públicas;
- teatro;
- intelectuais;
- política;

Gráfico 7 – Temáticas mais abordadas pelos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.



- imagem;
- televisão;
- revitalização urbana;
- mercado editorial;
- consumo;
- movimentos culturais;
- Sociologia (enquanto campo intelectual);
- turismo cultural.

Finalmente, a análise procurou identificar os principais tipos de método de pesquisa empregados pelos(as) autores(as) da área de Sociologia da Cultura e as técnicas utilizadas. O senso comum de que se trata de um campo tradicionalmente focado em pesquisa qualitativa confirma-se: 92% dos trabalhos empregaram métodos de pesquisa qualitativos, enquanto somente 4% adotaram métodos quantitativos e 4% adotaram uma combinação dos dois tipos (Gráfico 9).

Os principais métodos empregados pelos trabalhos são:

- análise de discursos e representações sociais, seja nas obras, seja no pensamento e na ação dos agentes;
- reconstrução de determinado processo histórico-social;
- mapeamento de um espaço social específico;

Gráfico 9 – Tipologia de métodos de pesquisa empregados nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.

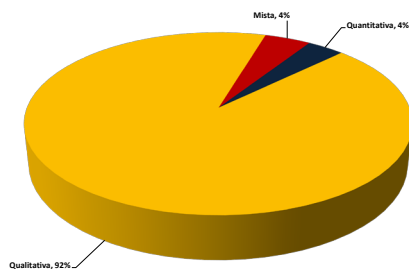
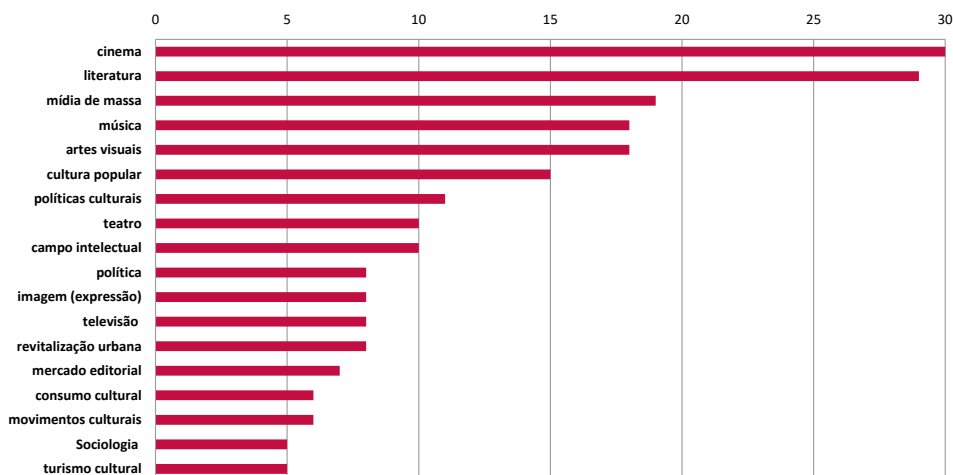


Gráfico 8 – Objetos de estudo mais frequentes dos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.



- análise de trajetórias biográficas ou análise das obras de um determinado artista.

Além desses métodos, também foram empregados: reflexão teórica; observação de contexto etnográfico; observação de usos e práticas; mapeamento de sistemas simbólicos; observação de “cena” social; avaliação de políticas públicas; e análise de dados estatísticos (Gráfico 10).

Com relação às respectivas técnicas aplicadas, as mais encontradas foram:

- análise documental de literatura e fontes primária e secundária;
- análise de conteúdo no âmbito de obras específicas, como filmes e livros;
- entrevistas;
- etnografia.

Outras técnicas utilizadas foram: uso de dados quantitativos, observação participante, balanço bibliográfico e *softwares* (Gráfico 11).

Como já antecipado, optamos pelos artigos publicados em periódicos científicos

como *corpus* empírico deste levantamento porque, desde o início da década de 2000, esse gênero textual é priorizado na avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação pela CAPES. Segundo o grupo que na época estava à frente do comitê da área de Sociologia nessa agência de fomento (Adorno; Ramalho, 2018), para a adoção dessa diretriz de mensuração (e, com

Gráfico 11 – Técnicas aplicadas nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.

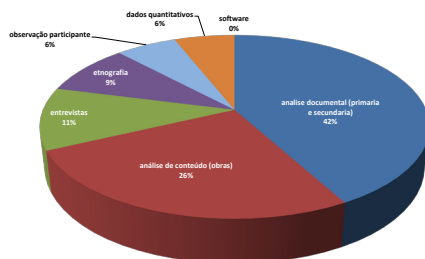
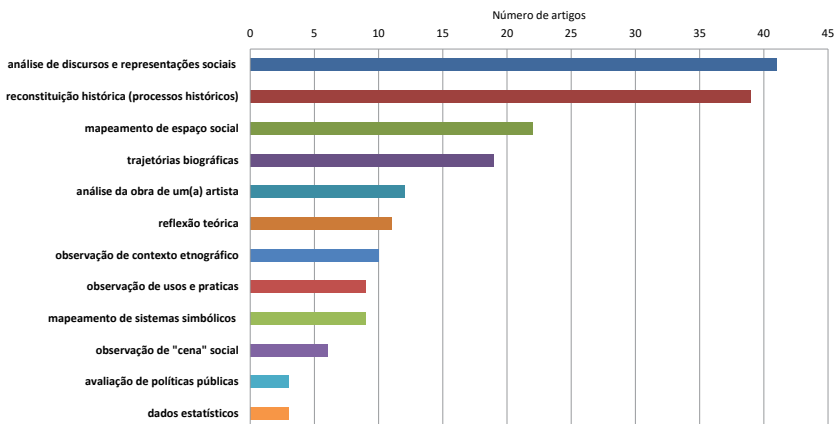


Gráfico 10 – Especificação dos métodos de pesquisa empregados nos artigos sobre Sociologia da Cultura brasileira publicados em revistas de *Qualis* A1 e A2 (para a área de Sociologia), entre 2008 e 2018.



ela, o critério de estratificação dos periódicos pelo escalonamento *Qualis*, tendo em conta o estágio na organização do trabalho intelectual definido pela maior especialização/profissionalização), pesou a decisão de “sofisticar e apurar os mecanismos de avaliação e de criar padrões de qualidade, de modo a deixar mais transparentes hierarquias de mérito e atribuição de recursos financeiros” (Adorno; Ramalho, 2018, p. 30). Já adotado por outras áreas científicas, especialmente aquelas agrupadas como “exatas”, esse padrão avaliativo vem a reboque tanto da consolidação das revistas como mídia por excelência na divulgação dos resultados de pesquisas, quanto da unificação dos diferentes mercados acadêmico-científicos em escala mundial, ora denominada “internacionalização” (Scalon; Miskolci, 2018, p. 123-135). A inserção do regime quantitativo das métricas é a contrapartida da centralidade conferida à publicação de artigos e veio no compasso das pressões à integração da produção sociológica brasileira às normas que prevalecem nas bases de dados internacionais⁵. Alguns dos inconvenientes referidos ao emprego dessas bases têm sido levantados para avaliar uma produção intelectual elaborada em distintos idiomas; particularmente, aponta-se à possibilidade de diluição dos diferentes “sotaques” nacionais do idioma sociológico, quando inseridos em um espaço concorrencial linguístico em que predominantemente se remunera o capital científico das publicações em inglês (Ortiz, 2015, p. 37-73). Ao mesmo tempo, a internacionalização suscita revi-

sões nos marcos institucionais e cognitivos de uma produção intelectual com forte apelo nacional, como a brasileira.

Considerando o argumento de que o problema em torno da correlação entre os processos de simbolização e formas culturais e grupos sociais/sociedades se constitui no núcleo epistêmico da maneira como a Sociologia da Cultura se institucionalizou no Brasil, no item a seguir, recuperamos o conjunto de balanços bibliográficos voltados à produção da Sociologia da Cultura no Brasil. O propósito é observar melhor os contornos do que chamamos de regionalidades epistêmicas, mas levando em conta a tendência de deslocar o ponto de vista da nação em favor de relações, processos e estruturas sociais consideradas a partir do transnacional e do internacional, em um momento no qual os sentidos de cultura extrapolam fronteiras institucionais e ontológicas até então consagradas.

O traçado de um percurso de regionalidades epistêmicas

Sempre bem-vindos, os balanços bibliográficos proporcionam uma cartografia de determinada área de conhecimento. Com isso, tornam possível captar tendências ou transformações no que se refere às suas problematizações, consideradas à luz dos leques temáticos e das agendas de pesquisa executadas, mas igualmente das estratégias de abordagens acionadas à contrapartida dos imaginários teóricos e das ferramentas analíticas adotadas. Neste item, ir ao encontro de

5 As bases de dados são: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Sociological Abstracts, Business Source Complete (EBSCO), International Bibliography of the Social Science, Institut d'Information Scientifique et Technique, Current Contents/Social & Behavioral Sciences, Social Science Citation Index (SSCI), Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/ Policy & Development Abstracts, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), LatinAmerican Periodical Tables of Contents (LAPTOC), MLA International Bibliography.

outros balanços bibliográficos cumpre o propósito de identificar o que antes aludimos como regionalidades epistêmicas da Sociologia da Cultura no Brasil⁶. Vale observar que, a princípio, debruçar ante tais regionalidades ajuda na identificação e no entendimento das divisões com as quais se organizam o conjunto bibliográfico da subdisciplina.

Ao falarmos dessas divisões epistêmicas da Sociologia da Cultura, em linhas bem gerais, fazemos menção a padrões de discursividade notabilizados enquanto modo de cognição acerca de um tema/problema que, na medida mesma em que operam em acentuado grau de recursividade, logo se situam em um patamar institucional elevado, definem posições de objetos e sujeitos do conhecimento legítimo, agregando também razoável número de recursos humanos, materiais e normativos. Correspondem a fundos hermenêuticos⁷ e arquivos referenciais⁸ dos

enunciados identificados à rede discursiva da Sociologia da Cultura. Transsubstanciações acadêmico-intelectuais da multiplicação de semânticas que cercam o significado da noção de cultura, em meio às redefinições resultantes de lutas e coalisões nos territórios acadêmico-científicos, mas que decantam enfrentamentos e convergências em outros espaços sociais, tais divisões não devem ser extremadas, porque são visíveis mútuas porosidades entre textos e agências que, a princípio, estão inscritos em uma particular localização. A decantação do conjunto de textos abordados permitiu-nos identificar três entre essas possíveis regionalidades. Elas foram aqui nomeadas mediante a tônica que circunstancia cada uma delas enquanto especificidade epistêmica e, logo, distingue-as entre si. Identificamo-las nas três seguintes categorias: sociologia da vida intelectual, sociologia da cultura popular de massa e sociologia dos

6 Adoção da ideia de regionalidades diz respeito ao fato de entendermos o espaço como moldura, ou seja, a localização referida à presença física situada enquanto volume e extensão, mas levando em conta estar o local definido como uma posição cujo valor advém da relação estabelecida com outras posições afins (Bourdieu, 1998a, p. 160). A relacionalidade envolve, no valor mesmo atribuído à posição, a oposicionalidade no que se refere a distâncias relativas às hierarquias. E, nessas últimas, a posse ou não de propriedades reconhecidas como recursos (aptos para afirmar uma diferença) determina a graduação dessa mesma posição em um sistema. Os lugares, portanto, disputam entre si o acesso a tais recursos de diferenciação. No caso, tratam-se dos recursos que são sintetizados na formação do capital científico com o qual se remuneram práticas no campo das Ciências Sociais. Por outro lado, aqui a correlação entre regionalidade e trabalho intelectual acompanha seletivamente a concepção de Foucault (1979, p. 70-71) acerca do “intelectual regional”: trata-se de entender o exercício intelectual não o identificando à voz de verdades universais transcendentais às contingências, e sim situá-lo na condição de prática discursiva atravessada por legados (culturais, epistemológicos, mesmo morais e afetivos) e injunções conjunturais que definem a sua parcialidade atuante, seja nas agendas de temas e problemas abordados, seja nos modos de aproximação dos contextos de pesquisa, do recorte dos objetos de conhecimento e nas escolhas teórico-metodológicas.

7 Tomamos esse conceito de empréstimo a *Verdade e Método*, quando Hans-Georg Gadamer (1998) anota a característica dúbia dos universos hermenêuticos: “O modo como vivenciamos uns aos outros, como vivenciamos as tradições históricas, as ocorrências naturais de nossa existência e do nosso mundo, é isso que forma um universo verdadeiramente hermenêutico, no qual estamos encerrados como entre barreiras intransponíveis, mas para o qual estamos abertos” (Gadamer, 1998, p. 35).

8 Na observação de um sistema de enunciabilidade de específico discurso, segundo Michel Foucault (2000, p. 189), o interesse pelo arquivo diz respeito ao exame do que diferencia um discurso na sua múltipla existência, especificando-o na sua duração própria. Tratando-se o arquivo de um *a priori* histórico, o discurso é concebido mediante a concatenação da sua autossuficiência com a riqueza indefinida das circunstâncias. Logo, ao falar de formações discursivas, Foucault (2000) pretende enfatizar: a formação das escolhas estratégicas; a formação das posições subjetivas e a formação dos conceitos.

marcadores sociais de diferença. Como efeito da consulta aos balanços a seguir comentados, porque eles tão somente as contemplam, aproximar-nos-emos das duas primeiras, que parecem estar mais bem sedimentadas no sistema universitário brasileiro⁹.

De 1999 em diante, com a publicação dos três volumes de *O Que Ler na Ciência Social Brasileira* (o volume 2, organizado por Sérgio Miceli), tem-se consolidado o saudável hábito de conferir regularidade aos balanços focalizando a produção bibliográfica da Sociologia da Cultura feita no Brasil. No referido volume, em seus respectivos capítulos, o próprio Sérgio Miceli (1999) e Lúcia Lippi Oliveira (1999) antecipam um eixo marcante da produção na subdisciplina ao abordarem o problema dos intelectuais no país. Já na edição de 2002, mas no volume IV da mesma série, a inflexão de partida proposta por Ruben Oliven (2002) em torno do tão recursivo dueto entre identidade e cultura brasileiras, mas do ângulo das ressignificações promovidas pela indústria cultural, provoca Maria Arminda do Nascimento Arruda (2002), Leopoldo Waizbort (2002), Fernando Novais (2002) e Élide Rugai Bastos (2002) a refletir sobre a formação da Sociologia brasileira à luz

da problematização da produção simbólica no país, justamente quando envolve a intervenção de intelectuais na questão nacional.

Com a publicação de *Formação da Literatura Brasileira*, em 1959, já sob a lente do método da literatura comparada, do rastreamento da implantação, da montagem e da integração à sociedade de um “sistema expressivo” no Brasil, capitaneado pelo ramo literário, a seu ver consolidado no fim do século XIX, Antônio Candido (1997) expõe o exame das intervenções artísticas e intelectuais iniciada pelos arcades. Estes, a seu ver, atentos às regras do classicismo, inseriram as belas letras já feitas na jovem América portuguesa, ainda que de modo esparso, no “organismo” da civilização ocidental, assim acionando um traço estrutural desse sistema em sua continuidade histórica: a conjunção entre localismo e cosmopolitismo. Traço de formação este que, para o autor, veio no caudal “interessado” de um fazer literário comprometido com a ilustração dos leitores mediante a sedimentação de uma “cultura válida”. Nesse sentido, à maneira de outras literaturas latino-americanas (Candido, 1989, p. 140-162), a brasileira teria desde sempre se definido como engajada à questão nacional,

9 Nesse ensaio, deixa-se de comentar a produção da sociologia da arte — particularmente, as plásticas e as visuais — que, no país, mas em sintonia com o que acontece em escala internacional, desenvolve-se em paralelo ao trajeto dos estudos e das pesquisas sociológicas da cultura. É importante salientar, contudo, o fato de a matriz bastiadiana repercutir também sobre aquele ramo sociológico e, com isso, colocar-se ênfase no posicionamento em tramas socioinstitucionais do fazer artístico e do artista, além do valor atribuído a ambos e à recepção desses bens. À maneira do que se deu com a teoria e a crítica literárias, houve maior concentração de interesse no legado modernista à formação desse campo artístico e à relação do estilo/linguagem com a questão nacional (Pinheiro Filho, 2004, p. 209-230). Porém, da década de 2000 em diante, têm sido examinadas experiências de estilos distintos e mesmo situadas em outras partes do país. Bem ilustrativas a respeito são as pesquisas de Gláucia Villas Bôas (2009, p. 11-16) sobre o grupo concretista e neoconcretista no Rio de Janeiro, considerando as intervenções do crítico de arte Mario Pedrosa e o fomento de propostas em que os limites do estético foram estendidos, abarcando no escopo do artístico obras e pessoas identificadas como “loucas” e afins. E, ainda, a correlação estabelecida por Ana Paula Simioni (2010) entre produção artística, gênero e feminismo. Também é exemplar o olhar lançado sobre a montagem do campo artístico em Fortaleza por Kadma Marques (2007, p. 30-52). Uma visão mais ampla do estado atual do campo das artes plásticas no Brasil, situando-o no mapa da globalidade, é oferecida por Maria Lúcia Bueno (2010, p. 27-47).

isto é, à contramão das características exibidas nos países da “velha cultura”. Ora, se a proposição de Candido cumpriu estratégico papel na elucidação dos movimentos e das propriedades decisivas ao delineamento da esfera cultural no país, ao mesmo tempo inscreve nessa mesma marcha dos caminhos da simbolização referida ao advento de nichos especializados na produção de bens simbólicos, como espaços de criação respaldados no regime individualizado de assinatura autoral, o problema do intelectual tanto na ordem colonial quanto em uma sociedade de capitalismo dependente (Arruda, 2004).

Desse modo, ainda Antônio Candido (1984) investiga como, mais tarde, nas tentativas protagonizadas por intelectuais de radicalizar insumos a serem potencializados em um projeto nacional modernizador, ganhou maior visibilidade o esforço de desnudar aquilo que a partir de 1920 chamou-se de a “realidade brasileira”. O amadurecimento e a canalização do ímpeto teriam se dado à medida que os “estudos brasileiros” foram se sedimentando entre as décadas de 1930 e 40. O aporte transdisciplinar e interdisciplinar desses estudos, de acordo com o autor, revela o quanto o tema da nação se tornara paradigmático. O recurso aos métodos históricos, sociológicos, antropológicos e outros estava subordinado ao imperativo de dar voz à nação. No embalo da emergência no país de uma indústria e de um mercado editoriais, precipitada ainda nos anos de 1910 com o aparecimento da Casa Garnier no Rio de Janeiro, coletâneas foram editadas: *Brasiliana*, editada por Fernando Azevedo pela Companhia Editora Nacional; *Coleção Azul*, editada pela editora Schmidt; *Problemas Políticos Contemporâneos e Documentos Brasileiros*, dirigidos, respectivamente, por Gilberto Freyre e Octávio Tarquínio de Souza, publicados pela editora José Olym-

pio, e Biblioteca de Divulgação Científica, sob a direção de Arthur Ramos na *Civilização Brasileira*. Nessas coleções, conclui Candido, o que estava em pauta era potencializar a “consciência nacional”. Diante desse propósito, alguns temas e problemáticas detiveram maior relevo: a reinterpretação do passado nacional, a questão racial envolvendo o negro e a obstinação em esclarecer os fatos políticos daquela conjuntura.

A chave teórica proposta por Antônio Candido, centrada na cumplicidade do trabalho intelectual com a questão nacional, deixa uma fortuna analítica com repercussões múltiplas e profícuas, seja na teoria literária, seja nas Ciências Sociais, particularmente na Sociologia ocupada com a cultura, mas quando focaliza a posição dos intelectuais na sociedade nacional. Coube a Roberto Schwarz o protagonismo de investir no esquema herdado de Candido. Referindo-se ao ensaio “Dialética da malandragem” (Candido, 1970, p. 67-89), ele identifica nessa “dialética” a depuração do olhar sobre um “princípio generalizado que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes inteligibilidade” (Schwarz, 1987, p. 133). Ainda no intervalo entre os anos 1970 e 90 do último século, ele (Schwarz, 2000a; 2000b) voltou às formulações do seu mestre para equacionar como a obra literária machadiana retoma e dá acabamento à forma romanesca no Brasil, entrosando de maneira original exatamente a confluência do localismo com o cosmopolitismo.

Para os interesses deste texto, importa observar que, por sua vez, em dois diferentes artigos publicados na década de 2000, nos quais se impõe a tarefa de também fazer balanços bibliográficos, sem descuidar do problema da forma, mas o orientando na direção das gramáticas e dos estilos no que toca o

exercício de produção do conhecimento nas Ciências Sociais, a já citada Maria Arminda Arruda conduz o debate sobre intelectuais e o problema nacional para o terreno teórico e analítico das linguagens. Ciente do prestígio adquirido pela história da vida intelectual nos estudos sociais brasileiros, perfazendo um “multifacetado elenco”, com significativa visibilidade na última passagem de século, em *A trajetória da pesquisa na sociologia*, a autora nota o diferencial representado pelo retorno a abordagens consagradas (autor e/ou geração de autores e/ou, ainda, em um conjunto de textos) pelo viés exatamente de problematizações comprometidas com a “construção das linguagens, destacando as experiências sociais inteiramente envolvidas com a produção das obras de cultura” (Arruda, 1994 p. 101). À percepção quanto à institucionalização da subdisciplina no âmbito acadêmico brasileiro, ela introduz a reflexão em torno da especificidade epistêmica da Sociologia da Cultura. A seu ver, porque a interdisciplinaridade se impõe imprescindível às pesquisas e às reflexões acerca dos objetos culturais, escudada em Roger Bastide (1971), conclui sobre o fato de que, nesse ramo sociológico, a finalidade do conhecimento está para além da própria Sociologia. Ao mesmo tempo, porém, enxerga que tal tendência interdisciplinar predominante na Sociologia da Cultura se beneficiou dos desdobramentos do campo sociológico, sobretudo com a implantação do sistema de pós-graduação (ARRUDA, 2005). Isso em razão de que, neste último, se verifica ampla diferenciação resultante da convivência simultânea entre os modelos teórico-analíticos com pretensões mais abrangentes (praxiologia, em Bourdieu, 1989; a perspectiva figuracional eliasiana, por exemplo), e as inflexões orientadas para abordagens pontuais com ênfases em uma visão fragmentária da

realidade histórico-social (à maneira do emprego do discurso teórico pós-estruturalista). Por outro lado, desde os “clássicos” do pensamento brasileiro, esse espaço intelectual-acadêmico permaneceu provocado pelo desenrolar dos processos sociais a responder sobre o que singulariza a experiência nacional no contexto transcivilizatório da modernidade. Informada por essa tensa dualidade, Arruda (1994) cartografa diacronicamente o discurso da sociologia da cultura e rastreia um vetor caracterizado pela modulação entre “texto e contexto”. Uma vez mais, Antônio Candido (2006b) irrompe protagonista, na medida em que propõe — em *Literatura e Sociedade* — a identificação do contexto como elemento inerente constituinte da estrutura artística do romance.

No mesmo andamento, Arruda sublinha a investida inovadora de Gabriel Cohn (1973). Muito embora não contemple a vida intelectual, ela ressalta o tirocínio de Cohn (1973) em depositar ênfase analítica na mensagem para alcançar a dimensão mais nevrálgica do sistema ideológico, tratando-se do debate sobre a industrialização do simbólico, mediante o emprego para fins analíticos do conceito adorniano de “indústria cultural” (COHN, 1973, p. 13). Vale lembrar que o autor equaciona a proposta de sua tese de doutoramento na USP — *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia* — pela fundamentação de uma

estratégia de análise sociológica das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais, aplicável a uma modalidade historicamente específica da sua manifestação: qual seja, a sociedade contemporânea altamente complexa e industrializada, em que a produção e o consumo em grande escala se estendem até a sua dimensão cultural (ROCHA, 2011, p. 455-456).

O enunciado do problema não ratificaria, portanto, a tendência que vazou certa visada sociológica, para a qual a cultura seria mero reflexo ou um entrave tanto ao avanço da modernização da sociedade quanto ao do conhecimento sobre as relações sociais. Mesmo que avesso à concepção estruturalista sobre a autonomia das sintaxes, em função da tônica depositada pelo autor nas teias significacionais, Cohn (1973) teria ido à contramão do privilégio concedido até aquele momento aos fatores ditos de ordem socioeconômica em relação ao plano das simbolizações.

Os remanejamentos que deixaram por rastros a circunscrição epistemológica mais apropriada à Sociologia da Cultura, entende Maria Armanda Arruda (1994), compuseram um quadro de obras já respaldado na antecedência da forma/linguagem na abordagem de objetos de conhecimento envolvendo círculos cultural-artísticos e bens simbólicos. Desse modo, mantendo-se na mesma senda na qual se persegue a história social da vida intelectual, agora sob as coordenadas de uma sociologia dos autores, ela entende que, fruto da tese de Doutorado defendida em 1978 sob orientação de Pierre Bourdieu, o livro *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*, assinado pelo mesmo Sérgio Miceli (2001) e editado em 1979, traduziria de modo sintético a antecedência do plano expressivo, das linguagens — sem, no entanto, isolá-lo, mas procedendo seu mútuo engendramento a outros planos intrínsecos à experiência dos círculos autorais estudados. Na montagem do esquema analítico do livro, em lugar do recurso à sociologia do conhecimento de base manheimiana, optou-se “por uma reflexão que contextualiza os intelectuais a partir das suas inserções sociais particulares, recortando os conflitos, as disputas, as relações, as trajetórias, os problemas internos e externos ao seu

mundo, mas que são a seiva produtora das ideias” (Arruda, 1994, p. 105).

Sem ir amiúde ao todo do comentário de Arruda (1994) sobre a obra de Miceli, como também das demais abordadas ao longo do seu artigo, nota-se a sua aplicação em acentuar o diferencial próprio ao registro cultural das experiências sócio-humanas, já que o conjunto de textos por ela focalizado evidenciaria a primazia dos planos diversos das linguagens na sua característica autoexpressiva. Conclui: coerente ao seu objeto de conhecimento, também o aporte das linguagens compreende o núcleo de um campo de conhecimento — a própria Sociologia da Cultura — em estágio de adensamento em razão da ampliação quantitativa e qualitativa dos trabalhos intelectuais que o iam compondo naquele momento.

A reiterada visita à vida intelectual brasileira pelas gerações distintas, que compõem linhagens no espaço das humanidades no país, é tomada por Maria Armanda Arruda (2004) como espécie de sintoma no artigo “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. Continuidade do texto anteriormente comentado, outra vez a inspiração em Antônio Candido vem manifesta na atenção, seja na centralidade gozada pelo tema da formação no pensamento social brasileiro, seja no imbricamento do ensaísmo com uma tradição intelectual definida pelas iniciativas dispostas a sintonizar a pesquisa/reflexão sobre os problemas nacionais ao esforço de cosmopolizar os seus esquemas de pensamento. Vê-se que, uma vez mais, a problematização faz-se em torno das correspondências do plano dos estilos e das linguagens com aqueles conteúdos relativos aos mundos sociais:

Tendo em vista que o ensaio é um estilo comprometido de reflexão, o exercício do

ensaísmo crítico estabelece uma relação única entre forma e conteúdo, reforçando, exatamente por isso, a ideia de que a usual recorrência à formação é inerente à adequada compreensão da história brasileira, produzindo um efeito de naturalização da atividade intelectual, espécie de lógica inata que obscurece “operações sociais de nomeação” (Arruda, 2004, p. 109).

Apoiada nas análises sobre a primeira geração de intelectuais modernistas presentes a alguns dos livros do já citado Sérgio Miceli (2001; 2003), e considerando as celeumas decorridas da publicação dessas obras, com o emprego da noção de “operações sociais de nomeação” (Bourdieu, 1998b, p. 81-83), Arruda (2004) faz um desvio em relação ao artigo anterior. Ou seja, agora Candido faz parte do objeto de conhecimento. Interessa à socióloga desvelar, na persistência daquilo que Candido formula como o “sentido de formação”, um operador prático de práticas (Bourdieu, 1989, p. 59-74), próprio nesse mesmo espaço social das letras e das humanidades no país. No contraverso desse *habitus*, interessa-lhe igualmente examinar o modo como uma fala ascende na hierarquia da assonância. Nesse sentido, em um primeiro momento, a autora ratifica a proposição de Otília Arantes e Paulo Arantes (1997) de que a constante retomada desse mesmo tópico assinalaria a normalização de sanções normativas com impactos no fomento da identidade do intelectual nas condições da periferia do capitalismo, porque preencheria um vazio de seriação de ideias e continuidade geracional com o empenho de se atualizar, bebendo nas fontes dos centros mais prósperos da cultura letrada, mas a serviço da aposta no deslinde das questões locais. A construção de uma cultura ilustrada far-se-ia legítima na medida mesma da execução aprimorada da função

dos intelectuais na totalidade da sociedade nacional. A originalidade argumentativa de Arruda (2004) aparece ao concluir que, identificados pelo denodo e perícia com que se dedicariam às ideias, inscritos em círculos de interação e experiência, esses autores advogariam o gozo da autoridade como vozes aptas a denominar/classificar termo a termo da realidade nacional. A operação sociológica que procura realizar, então, tem por objeto o que permanece oblíquo no transfundo hermenêutico da prerrogativa da formação, defendida por Candido e seus seguidores próximos — a saber, as disputas pelo poder de nomeação internas aos processos de simbolização no país, ao contracenarem com as condições e as posições de classe social. Sob tal de ponto de vista, a autora persegue os rastros deixados pelo crítico literário, a um só tempo, com a finalidade tanto de expor o funcionamento lógico das suas categorias no andamento da análise das passagens entre as gerações de modernistas, quanto de objetivar os efeitos legislativos de nomeação/classificação gerados nesse funcionamento, que atestam e afirmam sua autoridade como a principal voz crítica modernista da cultura ilustrada brasileira no último século. Desse modo, a análise transita da “ruptura” decorrente da primeira geração dos anos vinte à “rotinização” desse carisma modernizador promovida por aquele círculo geracional emerso na década de 1930. Ao nomeá-los como “intérpretes do Brasil” — Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior —, em um só ato, Antônio Candido tê-los-ia inserido na tradição modernista e posto no silêncio invisibilizante todo um elenco de autores empenhados em elucidar as questões nacionais. A justificativa para os três pensadores calça-se no compromisso deles com a modernização da sociedade, evidenciado na adequação dos

seus propósitos cognitivos aos recursos formais oferecidos pela modernidade cultural à época. O reconhecimento como três baluartes do pensamento brasileiro responderia ao fato de terem, a partir da década de 1930, maximizado a interseção de cosmopolitismo e localismo, inalienável do problema da construção nacional, mas de posse de uma nova linguagem — o estilo ensaístico.

Depreendem-se das análises de Maria Arminda, nos dois artigos, subsídios para uma reflexão sobre a regionalidade epistêmica da sociologia da vida intelectual, concentrada no problema em torno do entrelaçamento de planos constituintes das experiências próprias à produção erudita no país. A obra de Antônio Candido, mais precisamente na interação estrutural estabelecida entre cosmopolitismo e localismo — traduzida, do ponto de vista metodológico, na elucidação do contexto histórico-social como parte da forma estilística artístico-intelectual —, abriga a matriz dessa regionalidade. Deixa pistas ao entendimento da posição de centralidade ocupada pela literatura e seu elenco de autores(as) nas pesquisas e nas reflexões sociológicas sobre a cultura no país.

Um pouco mais tarde, em 2006, no artigo “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da Cultura”, de João Marcelo Maia (2006), a reposição do acento nessa regionalidade traz como novidade a percepção aos efeitos da chamada “virada linguística” nas Ciências Sociais, abordando as alternativas encontradas pelos intérpretes de uma área como a Sociologia da Cultura, em que a matéria-prima dos estudos, análises e reflexões são, já anotados por Maria Arminda Aruda, os processos e os modos de significação. Para Maia (2006), o desafio, a um só tempo epistemológico e no plano dos métodos, estaria em evitar a armadilha de conceber um real sócio-histórico substancial, para isso en-

tendendo construtivamente a linguagem e o simbólico como dimensões inalienáveis desse mesmo real, sem imergir na redução textualista. Se o pano de fundo é a intervenção do pragmatismo wittgensteiniano do significado como prática e dos atos elocucionais de Searle, a argumentação desenvolvida pelo autor respalda-se, de um lado, na versão hermenêutica vinculada ao interpretativismo de Geertz, para o qual o exercício antropológico equivale à situação interativa entre duas tramas de significados e a comunicação estabelecida está, assim, gerando novas significações; e, de outro lado, na inspiração foucaultiana na tomada de posição de Jeffrey Alexander, afirmando a natureza discursiva das Ciências Sociais. Os dois referentes permitem que Maia (2006) realize uma genealogia das saídas encontradas à disjunção entre as dimensões textuais e os contextos nos quais se inscrevem. A análise do autor, então, cruza a tradição marxista — vasculhando a concepção de arte como negatividade e as mediações — à engenhosa sincronia entre conteúdo social e forma romanesca em Lukács. Contudo, estende o olhar ao estruturalismo genético de Lucien Goldmann até o advento dos estudos culturais ingleses, centrado nas contribuições à Sociologia da Cultura na obra de Raymond Williams. De posse desse arranjo, ele passa em revista a produção sociológica brasileira tendo por objeto de conhecimento a escritura e a participação de intelectuais em distintos mundos sociais. Ainda de acordo com a mesma coordenada referente à análise dos agenciamentos discursivos intelectuais da perspectiva do cruzamento de fundos hermenêuticos com contextos pragmáticos de enunciação, o mesmo autor retoma a correlação sobre pensamento social e intelectuais no artigo “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisas”, de 2009. No texto, sob inspiração do imaginário pós-colonial, o autor atravessa

o século XX indo até a primeira década do atual, com o objetivo de perscrutar o ensaísmo nacional cujo leito define a formação discursiva do pensamento social brasileiro. Anima a cruzada a busca por elementos potencializadores de interpelações teórico-analíticas que, sem renunciar à sua determinação geocultural e geopolítica, avance no debate e na elucidação de “dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão” (Maia, 2009, p. 62).

Sem investir nas possibilidades acerca do entretimento do pensamento social a agendas de pesquisa formada em torno de temas globais, tal como sugerido por Maia, já na década de 2010, outras iniciativas de balanço deixaram por saldo uma razoável totalização da Sociologia da Cultura entre nós, com ênfase no mesmo viés da experiência social relativa ao mútuo envolvimento entre intelectuais e produção simbólica na vida sociocultural do país.

Com “Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil”, de 2017, Ângela Alonso e Fernando Antônio Pinheiro Filho introduzem um sintético traçado do percurso dessa subárea, mas nos rastros do protocolo de pesquisa sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, proposto por Sérgio Miceli¹⁰ na última década de 1980. A argumentação sobre a autonomia da Sociologia da Cultura desenrola-se estabelecendo um nexó histórico e institucional entre a especialização das Ciências Sociais e os diferentes estágios da história social e cultural brasileira ao longo

do século XX. Desse modo, propõem os autores, o esteio teórico-analítico durkheimiano das representações coletivas, que chegou ao Brasil com integrantes franceses (Paul Arbousse-Bastide, Lévi-Strauss e Roger Bastide) da missão de cientistas estrangeiros recrutados como professores na fundação da USP, sedimentou uma base intelectual e institucional mais tarde potencializada já sob os auspícios da modelagem bourdieusiana. No trajeto, em um primeiro momento, com forte influência do pensamento social ocupado da formação do Estado-nação e da identidade nacional, enfatizando as dinâmicas de miscigenação étnico-raciais e civilizatórias, teria prevalecido a ancoragem antropológica que concebe a cultura como a totalidade autorreferida de um modo de vida. A contraposição a esse primado, afirmam, deu-se com a já comentada ingerência de Roger Bastide, por se concentrar nas propriedades e no funcionamento de uma esfera cultural especializada, composta de produtores, bens, intermediários, instituições e círculos de receptores. Nos rastros da lente proposta, deram-se abordagens de novos objetos: “Barroco mineiro, la poesía negra, el candomblé y, principalmente, al desplazar el énfasis de la modernización capitalista hacia las articulaciones de esos temas con los presupuestos simbólicos más generales de la organización de la cultura y hacia el análisis del lenguaje” (Alonso; Pinheiro Filho, 2017, p. 263).

Para ambos, paralelamente, o legado culturalista no olhar de Gilberto Freyre fez sentir na adoção de uma alternativa interpre-

10 No instante em que concebe o trabalho intelectual como uma ação social, o protocolo de pesquisa tem por objeto a evolução intelectual e institucional das Ciências Sociais no Brasil, entre as décadas de 1930 e 60. Em termos analíticos e interpretativos, no andamento em que se acompanha sua institucionalização, à prioridade posta nos elementos morfológicos importa a menor ou maior intervenção de outras ações sociais no âmbito próprio à atividade intelectual das Ciências Sociais, com vista a inferir o grau de autonomia desse mesmo espaço social do saber (Miceli, 1989, p. 72-110).

tativa à desagregação da sociedade protagonizada pelo patriarcado rural e escravagista, representada no estilo de pensamento “proustiano” imanente à “sociologia da vida cotidiana”¹¹ que desenvolveu o autor pernambucano:

En concomitancia con lo que la historia de los Annalles en Francia llevaba a cabo, Freyre inventó en Brasil una sociología de lo cotidiano, transformando en objeto de investigación lo inusitado y aparentemente irrelevante — como anuncios de zapatos y anotaciones en abanicos — y combinando elementos de cultura erudita y popular, analizando tanto la moda menor popular como los retratos artísticos, los rituales religiosos y gastronómicos, la vestimenta del esclavo y la alta costura (Alonso; Pinheiro Filho, 2017, p. 264).

Segundo Alonso e Pinheiro Filho (2017), o trajeto da Sociologia da Cultura no país, iniciado na década de 1930 e marcado pelo chamado “ciclo de formação”, estancou-se com o golpe militar em 1964, interrompendo a institucionalidade democrática no país. A atmosfera instaurada com o advento do Estado de exceção teria conspirado a favor de uma Sociologia da Cultura inteiramente comprometida com política, para a qual a fidelidade à ótica marxista significou priorizar as questões da organização da cultura e o intelectual de esquerda como produtor de ideias¹². Eles observam que, um pou-

co adiante, mas ainda no período ditatorial, com a montagem do sistema de pós-graduação no qual as Ciências Sociais asseguram o *status* de disciplinas acadêmico-científicas, a consolidação de uma sociedade industrial de massas, em que repercute a lógica da indústria cultural, deu fôlego a uma Sociologia da Cultura na interface com a da comunicação. Se os efeitos da democratização, a partir da segunda metade da década de 1980, deixaram por saldo um distanciamento entre a agenda da Sociologia da Cultura e as urgências políticas, ao lado da ampliação e dispersão temática, além do reforço dos critérios relacionados à profissionalização calcados nas excelência e produtividade científicas, os autores chamam atenção para o protagonismo exercido pelo conjunto de contribuições de Pierre Bourdieu à pesquisa e à reflexão sobre o registro cultural das relações sociais.

Os autores destacam, nesse sentido, a centralidade exercida por Sérgio Miceli e o grupo de docentes e estudantes que se reúnem em torno dele na USP na divulgação e no emprego analítico do esquema contido nas obras do autor francês. Mais importante, porém, parece-nos a canalização do instrumental bourdieusiano ao cercamento de uma agenda de pesquisa sociológica sobre vida intelectual em que o modernismo ocupa posição definitiva. Retomando a assertiva de Maria Arminda Arruda sobre as afinidades eletivas entre modernismo e Sociologia

11 Mais adiante retomaremos essa denominação, mas extrapolando a referência à obra freyreiana.

12 A vertente temática e de análise articulando cultura e política, aberta por Marcelo Ridenti (2001, p. 13-19), permite uma reorganização conceitual da história intelectual recente no país, no instante em que situa o problema em torno dos intelectuais de esquerda no Brasil na onda neorromântica que atravessa a civilização ocidental, por volta da década de 1960 — atmosfera na qual são fomentadas intervenções de posturas informadas por um imaginário utópico-revolucionário com tônica antissistêmica no que concerne ao capitalismo, alargando-se da literatura à música popular e ao cinema. O argumento do autor não perde de vista a reversão de expectativa instaurada com o advento do estado de exceção ditatorial, em 1964; mudança que conduz ao “período pragmatista”, caracterizado pela profissionalização de artistas, literatos e acadêmicos no contexto de mercados de bens simbólicos já em estágios avançados de consolidação.

da Cultura, antes focalizada, Alonso e Pinheiro Filho (2017, p. 271) ressaltam:

Más que un tema entre otros, el modernismo constituye un capítulo central en la sociología de la cultura, casi una especialidad, por su peso específico en la dinámica cultural y por emerger casi simultáneamente a la propia consolidación de la sociología científica, estimulando así prácticas de reflexión en donde las dos experiencias están articuladas [...]. En ese sentido, durante el periodo se da una transición de la agenda de la modernización, que vinculaba la cultura con los procesos socioeconómicos del desarrollo nacional, hacia la del modernismo, que enfoca la dinámica interna al campo de la cultura.

Dmitri Cerboncini (2017), em “Sociologia da cultura: uma interpretação”, por sua vez, acolhe o mesmo ângulo teórico da institucionalização/especialização para interpretar a formação desse subcampo do conhecimento sociológico. Embora contemple uma periodização da evolução da área próxima à traçada por Alonso e Pinheiro Filho, o autor avança para além de onde aqueles param, ou seja, de-tém-se sobre o panorama da atual Sociologia da Cultura no Brasil, considerando a diversidade de temas e modos de abordagens. Ciente da dificuldade de precisar a definição da cultura e como essa indecibilidade se reverbera em perspectivas mais generalistas ou voltadas às especificidades desse objeto fugidio, Cerboncini (2017) dispõe a historicidade dessa institucionalização em uma moldura analítica em que se impõe estruturante a polaridade estabelecida entre aquelas abordagens orientadas por recortes mais delimitados dos objetos de conhecimento — em termos do alcance do contexto de pesquisa restrito aos encadeamentos interativos entrosando produtores, bens simbólicos, instâncias de mediação e

consumidores culturais — e as que desenham contornos objetivos mais fluidos e porosos em coerência a problematizações cujo alcance interliga planos micro e macrosociológicos. A potencialidade da moldura é maximizada no instante em que o autor confronta o que entende serem os dois paradigmas com primazia na fase de acentuada institucionalização da Sociologia da Cultura no país. De um lado, Sérgio Miceli e o já comentado grupo uspianno por ele capitaneado em torno de temas relativos à vida intelectual; de outro lado, o somatório das contribuições de Renato Ortiz. A seleção de ambos decorre do prestígio resultante do montante de obras publicadas (livros, artigos científicos, organização de livros e capítulos), teses de doutorado defendidas e da repercussão dos nomes nas citações em trabalhos acadêmicos. O primeiro, de acordo com Cerboncini (2017), seria o representante da vertente voltada aos meandros intrínsecos do âmbito cultural, maximizando as ferramentas teórico-analíticas (obtidas pela combinatória do repertório de Pierre Bourdieu com o interacionismo simbólico) na objetivação sociológica dos processos de simbolização, executados pelo rigor no cumprimento dos critérios monográfico-científicos. Por inversão simétrica, logo, Ortiz concretizaria a vertente caracterizada por empreendimentos que se evadem dos limites mais conspícuos da esfera cultural em busca de arcos temáticos muitos largos, a exemplo do processo de mundialização da cultura — leque adiante focalizado quando nos ativermos à matriz da cultura popular de massas. O ecletismo teórico-metodológico seria revelador da opção ensaística no tratamento de *corpora* empíricos díspares entre si, mas concatenados pela natureza a um só tempo abrangente e porosa dos problemas formulados. Entende o autor que as notórias diferenças entre um e outro polo, entretanto, descartam qualquer dúvida sobre

o relevo de ambos para a evolução não só da Sociologia da Cultura, mas para esse campo disciplinar como um todo. Avaliação bem contrária ele faz do conjunto de estudos, pesquisas e reflexões agrupados em torno de uma Sociologia da Cultura dos marcadores sociais (gênero, étnico-racial, sexo etc.). Sem negar a importância dos temas tratados por esse conjunto de trabalhos, a seu ver, a característica tribalista dessas mesmas interferências intelectuais estaria à contramão da autonomia do espaço social das Ciências Sociais, em favor de uma politização que vira as costas ao rigor analítico para acatar as prioridades do senso comum (Cerboncini, 2017, p. 139).

“Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas”, assinado por Dimitri Pinheiro e Alexandre Bergamo (2018), não obstante prosseguir na mesma iniciativa de adicionar novos ingredientes ao panorama da Sociologia da Cultura no Brasil, responde a coordenadas analíticas distintas daquela moldura operacionalizada no texto de Dimitri Cerboncini (2017). Também com forte inflexão bourdieusiana, no seu ponto de partida o texto depara com a questão espinhosa referente às hierarquias entre temas que compõem o rol da Sociologia da Cultura. Da perspectiva da economia simbólica do mercado acadêmico das Ciências Sociais, deslocado para as margens, porque está afastado do polo legítimo constituído dos objetos referentes à regionalidade epistêmica das experiências da vida intelectual, para os autores, o tema da indústria cultural apresenta baixa remuneração do seu *status* como foco de interesse científico sociológico. A nódoa adviria do elevado grau de heteronomia dos bens simbólicos ampliados que circulam nos mercados culturais, simultaneamente muito segmentados e orientados para audiências amplas e de difícil definição. Diagnóstico possível quando

se compara essa situação ao percentual igualmente alto, no entanto, de autonomia relativa gozado pelos bens simbólicos restritos aos circuitos conspícuos da cultura. Posta de lado a homogeneidade, requisitada como imperativo no núcleo legítimo, o que se torna alvo de exploração analítica, por parte de Pinheiro e Bergamo (2018), é a gama heterogênea de objetos, modelos de análise e estratégias de abordagens que, ao mesmo tempo, fracionam e estão soldados no painel dos processos e estruturas da industrialização da cultura. Com a expansão dos problemas, das unidades analíticas e mesmo dos esteios empíricos em razão do aparecimento de modos de simbolização relacionados, por exemplo, à internet e aos múltiplos usos dos celulares, esse volume extrapolaria os marcos da concepção canônica do conceito de indústria cultural em Adorno, fazendo-se incompatível com a prerrogativa do prevailecimento de uma lógica social de homogeneização. Reestabelecendo o elo fundacional da Sociologia da Cultura, ou seja, a correlação entre “cultura e sociedade”, ambos os autores conduzem a redação do artigo ao exercício de etnografar trabalhos capazes de ilustrar esse mosaico tão diverso, triando-os por meio das alternativas que adotam a solução de semelhantes problemáticas. Desse modo, articulam dissertações, teses e livros observando a seguinte divisão: etnografias da indústria cultural que se debruçam ou pelos contextos de produção ou de recepção ou, ainda, de ambos; aquelas interpelações intelectuais que, atidas aos deslizos entre as semânticas do “massivo” e do “popular”, discutem a participação ou os efeitos alienantes da indústria cultural; espécie de intercessão das lentes anteriores, estariam textos ocupados com as lógicas de hierarquização, as quais sinalizariam o fracionamento do espaço simbólico-institucional da indústria cultural en-

tre dominantes e dominados; outro viés se notabilizaria pelo exame das mediações nos desdobramentos dos processos culturais em que sobressaem figuras analíticas como edições e traduções, sanções/censuras, mercantilização; finalmente, coligem trabalhos que recuperam a cidade como *locus* analítico e “reinventam” a noção de indústria cultural, agora sem as inconveniências lógicas e normativas da ideia de “massa”.

Se o artigo de Dimitri Pinheiro e Alexandre Bergamo (2018), pela opção etnográfica, oferece um cenário atual da Sociologia da Cultura prenhe de diversidade, com isso descentrando-se em relação às experiências da vida intelectual, o artigo “O Protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura”, no Brasil, de autoria de Edson Farias (2016), retoma o fio condutor da institucionalização dessa subdisciplina — no entanto, para acomodar versões bem distintas do entendimento desse fazer científico, muitas vezes incompatíveis entre si. Sob o ponto de vista processual da história sociocultural dos conceitos, o texto procede a etnografias de ideias, mas tomando por objeto de conhecimento e reflexão as figurações discursivo-epistêmicas e institucionais referidas à diferenciação da Sociologia da Cultura no interior do campo das Ciências Sociais brasileiras. Com isso, são traçados itinerários de linhagens intelectuais, na medida mesma em que se descrevem elementos considerados heurísticos dos seus respectivos quadros de ferramentas conceituais. Enfocam-se três estágios:

- a abordagem sociológica centrada no problema modernista sobre a figura pública do intelectual encerrado nas condições de uma sociedade de capitalismo dependente periférico;
- a reorientação analítica na qual o prisma da indústria cultural alcança significativa importância nas formulações sobre a

produção simbólica, especialmente no que toca às concepções de modernidade brasileira;

- as possibilidades abertas pela lente da mundialização são retomadas com a finalidade de traçar um quadro não exaustivo do que se entendem como possibilidades do protocolo da circulação cultural e do conhecimento.

Ainda que trafegue pelos muitos pontos de vista que se desdobram no compasso da sedimentação dos estudos sociológicos da cultura no Brasil, em razão do interesse no problema da circulação da cultura, por conta do funcionamento de circuitos mercantis de consumo de bens simbólicos, o texto concentra-se na correlação entre simbolização e a cultura histórica da modernidade. Nesta, em lugar do projeto iluminista, está a devoção à “filosofia das pequenas coisas” (Simmel, 1989) e aos desdobramentos dela decorrentes, que se põem à busca do cenário urbano de uma cotidianidade indissociável da industrialização, em que, entre outras dinâmicas e instituições, projetam-se a cultura de consumo, a moda e os meios de reprodução tecnológicos do simbólico (Benjamin, 2006; Lefebvre, 1969; Barthes, 2005; Hoggart, 2013; Williams, 2011). Perseguem-se as conversões semânticas do popular como a questão com fôlego propulsor para fomentar múltiplas e bem diferenciadas problematizações e abordagens. Desse modo, retoma-se o triângulo composto da modernização dos processos culturais populares com a indústria cultural e, ainda, a mundialização, na obra de Renato Ortiz (1988; 1990; 1991; 1994; 1999; 2000). É de particular interesse a atenção desse autor aos envoltimentos entre trocas simbólicas reguladas tanto pelo contexto mítico da modernidade quanto pelas memórias coletivas na motivação dos sentidos das

condutas dos agentes. Nota Farias que esse último lastro fora articulado às formulações sobre hibridismo em Nestor García Canclini (1990) e às propostas de Jesus Martín-Barbero (1987) a respeito das mediações culturais. Desde aí, conclui Farias (2016), alicerçou-se a trajetória de uma sociologia da “cultura popular de massa”, para a qual o elo da indústria cultural com a modernidade metamorfoseia-se nos deslocamentos conhecidos pelos significados e práticas culturais, deixando em xeque as distinções entre “erudito”, “tradicional popular” e “massivo”; e, no outro lado da mesma moeda, põe-se em dúvida a composição de grupos sociais homogêneos na territorialidade das extensas malhas urbano-industriais e de serviços latino-americanas.

O autor retoma a situação histórico-institucional da experiência do círculo intelectual aninhado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, na década de 1980 — experiência interdisciplinar articulando as três áreas das Ciências Sociais com decisiva contribuição ao desenvolvimento do protocolo de pesquisa, estudos e reflexões em torno da cultura popular de massas, que posteriormente migrou para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. A compreensão ampliada da cultura, para além do plano erudito, requisitou estender a base empírica e analítica das pesquisas à produção de bens simbólicos relativos ao sistema radiofônico, fonográfico e audiovisual no Brasil, embora à luz do problema em torno das matrizes culturais/gêneros culturais na cultura popular de massa (Borelli, 1994; 2001, p. 29-36; Borelli & Mira, 1996; Mira, 1999, p. 97-116, 2010, p. 159-175; Ramos, 2002, p. 275-287; 1993, p. 109-113). Com isso, deu-se a incorporação do debate sobre a pós-modernidade como estilo e estágio histórico-social, sob inspiração dos estudos cul-

turais ingleses, sobretudo da contribuição de Frederic Jameson (2007). Algo assim permitiu considerar a preponderância das questões dos gostos e do consumo como referências à formulação das identidades individuais e coletivas. Também permitiu atentar à reciprocidade entre a crescente valorização das sociabilidades inscritas na dimensão do lúdico, ao lado da ascensão do tema do desejo/prazer, e o papel de protagonista alcançado pelo setor de serviços na economia capitalista contemporânea e pelo chamado trabalho “improdutivo” que põe bens intangíveis. Possibilitou evidenciar, desse modo, o reordenamento social amplo dentro do qual a esfera do consumo detém um lugar dorsal; reorientação cuja grandeza contribui ao reconhecimento do terreno sobre o qual o tema da cultura popular na contemporaneidade tem suscitado a ideia da “desdiferenciação” entre as esferas da existência humana. Nessa pegada, a cultura popular contemporânea é examinada pelo entrecruzamento da formalidade do erudito com o espontaneísmo festivo do popular, incentivado pela contaminação dos imperativos hedonistas e mercantis da cultura.

A matriz da cultura popular de massa resgata traços da sociologia da vida cotidiana antecipados, como vimos, nos escritos de Gilberto Freyre, especialmente o discernimento quanto à importância dos costumes e dos objetos na tocada diária da vida de pessoas e grupos. Por outro lado, à percepção compreensivo-fenomenológica é acrescentada perspectiva de estarem as situações microssociológicas atravessadas pelas estruturas e processos sócio-históricos de maior envergadura, na modulação dos hábitos e das coisas. Sob esse ponto de vista, nessa regionalidade repõe de modo mais abrangente aquela tendência, assinalada no item anterior, de compartilhar ingredientes de uma agenda de pesquisa voltada a circuitos de produção e

consumo de bens simbólicos de escala, mas de fronteiras indefinidas, quando se comentaram rumos atuais dos estudos sociológicos do literário. Com isso, no movimento em que descreve o protocolo da circulação da cultura e do conhecimento, Farias indica o retorno ao problema teórico em torno da condição na qual circulações culturais dizem respeito a versões de dinâmicas sócio-históricas de interpenetrações civilizatórias, mas no que toca a processos de formação de padrões de economias emocionais em referência a estruturas sociais.

A seu ver, certa materialidade — instrumentos e outros aportes tecnológicos de uso diário, à maneira de celulares e *notebooks* — compõe, além de fazeres e saberes, normas e moralidades, os tramados de interdependências sociofuncionais da cultura estendidos em rotas transcontinentais e transoceânicas, compostos de ofícios de diversas ordens identificados ou não ao artístico-cultural (escritores(as), atrizes/atores, tipógrafos(as), pintores(as), tradutores(as), *designers*, cenógrafos(as), publicitários(as), guias turísticos etc.). Composto ainda do leque amplo e complexo de intermediários, as mesmas tramas de interdependências são cúmplices das teias de significados e dos processos contínuos e múltiplos de escritura e de significação que fazem proficuas identidades/diferenciações (regionais, nacionais, étnicas, de gênero, etário-geracionais, sexuais e, ainda, religiosas e político-ideológicas) e, ao mesmo tempo, subsidiam os contornos de uma mesma civilização mundial (Leão, 2012, p. 494-517; Alves, 2010, p. 539-560; Nery, 2016, p. 693-716; Nicolau Netto, 2016, p. 495-512; Michetti, 2009, p. 228-252).

Fusão de horizontes em um subcampo: a título de conclusão

O propósito deste texto esteve em verificar as linhas de força intelectuais que dão

unidade epistêmica à Sociologia da Cultura no Brasil. Em um primeiro momento, com a atenção voltada para o conjunto de artigos publicados entre 2008 e 2018, a descrição dos resultados obtidos do levantamento bibliométrico realizado permitiu observar um cenário ainda marcado pela concentração de publicações na subárea no centro-sul do país, mas também anotar sinais significativos provenientes do fôlego adquirido por produções de outras regiões. Particularmente, constatamos que, igualmente a outras parcelas das Ciências Sociais, a centralidade gozada pelo artigo como gênero de divulgação científica vem no caudal dos requisitos internos à internacionalização dos mercados acadêmicos. No item seguinte, quando a iniciativa de circunstanciar o montante da produção na área de Sociologia da Cultura conduziu-nos à distribuição em suas grandes linhas de convergência e divisão pelo que definimos como regionalidades epistêmicas, constatamos o prevaletimento das matrizes da sociologia da vida intelectual e da cultura popular de massas. Ao mesmo tempo, observamos estar essa produção equacionada por semelhante tensão vista no item anterior. Ou seja, a permanência de temas referentes à nação e a seus sistemas culturais é atravessada por agendas cujos ingredientes (temas, objetos de conhecimento e alternativas de abordagem) são articulados com base em problematizações definidas por escalas que escapam à sociedade-nação.

Ainda tendo em mente os resultados do levantamento bibliográfico expostos no primeiro item deste texto, a consulta aos currículos na Plataforma Lattes e ao Diretório de Grupos de Pesquisa, ambos do CNPq, permitiu conferir o perfil da mão de obra militante hoje na Sociologia da Cultura no país e, no reverso da medalha, identificar trajetórias formativas e, nestas, instituições, círculos e

redes de interlocução intelectual. No resultado desse exame, obtiveram relevo os cursos intergeracionais em que sobressai a relação orientador(a)/orientado(a) no período de formação dos(as) pesquisadores(as). Essa corrente de transmissão é o mecanismo institucional decisivo à formação daqueles(as) que foram (e ainda serão) recrutados(as) — e por que não dizer “eleitos(as)” — para compor os estafes docentes dos departamentos de Sociologia, em sua maioria alocados nas universidades públicas, cada vez mais distribuídos por diferentes regiões e unidades federativas, especialmente com base na renovação e na ampliação demográfica do quadro de professores do sistema federal de ensino superior, ocorridas entre a metade final na década de 2000 e no início da de 2010¹³.

Para fazer uso de maneira pouco fiel à concepção de “herdeiros”, proposta por Bourdieu e Passeron (2004) enquanto estoques de saberes tácitos incorporados ao longo de socializações universitárias, diríamos que distintas hereditariedades intelectuais, que cumprem funções de transfundo hermenêutico aos agenciamentos que dinamizam a subárea, são redistribuídas em tais fluxos e engendram as experiências das novas gerações — isso quando da transmutação da posição de estudante à de docente, por meio das respectivas alocações institucionais acadêmicas. Por meio desses trânsitos e acomodações, constrói-se ao longo do país uma nova geopolítica do conhecimento mais plural quanto aos objetos de conhecimento e problemas de pesquisa, no anverso do ema-

ranhado de referenciais teórico-metodológicos adotados. Territorializada no campo do conhecimento aninhado nas instituições universitárias e nos institutos de pesquisa, essa geopolítica dá continuidade ao encadeamento histórico no qual é definida a organização estatutária da Sociologia. E, a um só tempo, também atualiza a diferencialidade institucional e epistêmica dessa disciplina em relação a outros sistemas socioculturais de produção de saberes.

Sem levar em conta a existência de estratificação e, desse modo, a hierarquia na montagem desse elenco, temos os seguintes temas: ideias e intelectuais; artes plásticas (objetos, procedimentos, meios e espaços de visibilidade); teatro (obras, escolas de formação, atores e modos de organização); literatura (autores, obras, arquivos etc.); cinema (obras, diretores, modos de organização e financiamento, circuitos de exibição e mercados); música (erudita e popular; indústria fonográfica); modos de produção cultural e ecologias sociotécnicas (rádio, televisão, audiovisual, internet); livro e impressos (suportes, modos de produção, circulação e recepção; regimes de autoria; cadeias internas à indústria editorial); festas populares; manifestações religiosas; turismo; entretenimento; indústria criativa; políticas públicas; economia da cultura e financiamento da cultura; *games* (jogos eletrônicos); patrimônios; memórias; culturas e desenvolvimento; processos de requalificação de áreas urbanas; ativismos culturais; profissões artísticas; culturas e sociabilidades juvenis; culturas urba-

13 A execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, resultou na ampliação do número de instituições de ensino e pesquisa, de 45 para 63 (2014), o que correspondeu à passagem de 148 para 321 campi, estendendo-se de 114 para 275 municípios. A abertura de vagas na graduação, no mesmo período, foi de 109 mil para 231 mil. Já as matrículas na graduação e na pós-graduação subiram de 596 mil para mais de um milhão. Por contrapartida, o número de docentes efetivos saltou de 40 mil para 67 mil (Brasil, 2015).

nas; consumo e identidades; moda; esportes; culinária e circuitos gastronômicos; culturas tradicionais; marcadores sociais de diferença (gênero, étnico-racial, sexualidade); expressões e mercados de periferia etc.¹⁴.

Acentuando a sua característica interdisciplinar, a tão diversa quanto múltipla gama de problematizações e temáticas abordadas nas pesquisas hoje realizadas sob o guarda-chuva da Sociologia da Cultura, por um lado assinala o potencial de alternativas de exploração de temas e, com isso, põe em relevo os instrumentais analíticos e repertórios teóricos, somados aos modos de montagem e qualificação das distintas documentações empíricas das pesquisas. Por outro lado, deixa pistas para refletir acerca das dificuldades inerentes à tarefa de mapear e categorizar a própria institucionalização da Sociologia da Cultura e sua diferenciação epistêmica hoje no Brasil. Talvez o imenso e variado repertório de temas e esquemas analíticos adotados hoje sinaliza a fusão daquelas regionalidades epistêmicas próprias às divisões internas da Sociologia da Cultura, vistas no item anterior — algo assim se dando no compasso mesmo da sua institucionalização nacional. Logo, no mesmo diapasão, suscita os atuais dilemas para aferir o grau da sua diferenciação no interior do espaço sociológico no país. Evidencia, igualmente, os atravessamentos e

as mediações pelos quais se vem costurando o espaço intelectual brasileiro, nas suas relações com o Estado e com outras instâncias da sociedade nacional, sem descuidar das interligações com as circulações internacionais e transnacionais de ideias, sob a chancela dos seus fóruns de difusão e consagração, mas sempre à luz dos modos locais de uso e de divulgação dessas mesmas ideias.

Os contornos largos e diversos do quadro temático antes exposto assinalam a polissemia no entendimento da ideia de cultura, o que subsidia agendas de pesquisas diferenciadas e, muitas vezes, não só conflitivas, mesmo incomunicáveis, no interior da subárea — algo assim acompanha a marcha interseccional da questão cultural nas últimas décadas (Hall, 1997, p. 15-46; Yudice, 2004, p. 13-64). Ainda, repercute nas controvérsias distintas deflagradas entre os(as) pesquisadores(as) no que se refere aos desdobramentos dos pressupostos ontológicos do objeto cultural, no que toca às implicações empíricas, teóricas e analíticas. Permanecem latentes, não sendo alvo de discussão aqui, tal polissemia própria à ideia de cultura e como as suas múltiplas semânticas se justapõem, na medida mesma em que se fustigam, interagindo e, ao mesmo tempo, contradizendo umas às outras. Sob esse ponto de vista, porém, sem merecer a devida exploração analítica

14 Para chegar a esse painel, consultamos as programações dos dois principais eventos de divulgação científica na área de Sociologia: os Seminários da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e os Encontros da ANPOCS. O exame das programações dos Grupos de Trabalhos (GTs), Fóruns e Seminários Temáticos, tanto nos Seminários da SBS quanto nos da ANPOCS, entre 2008 e 2018, corrobora o traço de enorme diversidade de temas e modos de enfoque da questão cultural. Embora não tenha sido contemplado como parte do *corpus* empírico analisado neste artigo, tais fóruns cumprem importante papel de visibilização e legitimidade na subárea. No entanto, há certa descontinuidade temporal a ser sublinhada. Já constou do advento do Encontro da ANPOCS, no fim de 1970, o GT Cultura Brasileira, proposto e coordenado pela professora Maria Isaura Pereira de Queiróz. O grupo permaneceu vigente até 1993. Desde então, tem sido intermitente a existência de grupos, fóruns e seminários temáticos no evento da ANPOCS. A reorganização do Encontro da SBS, em meados da década de 2000, tornando-o bem mais amplo, não só no que se refere a participantes, como também de questões e temas enfocados, acolheu o GT Sociologia da Cultura. Presente ininterruptamente desde 2005 na programação daquele evento, o grupo se consolidou entre os categorizados como “tradicionais” pela direção da entidade.

e interpretativa, a argumentação desenvolvida neste texto pressupõe o entendimento de que os processos de institucionalização e diferenciação epistêmica da Sociologia da Cultura prosseguem o movimento pelo qual a cultura se consolida como uma forma com simultâneo efeito cognitivo, justificativo e expressivo, constituindo processos de produção de economias psíquicas. Também não avançamos na ideia de que determinados rumos sociogenéticos e psicogenéticos referidos à interseção de processos civilizadores, em meio a interpenetrações civilizatórias, com

a montagem de cenários da modernidade no Brasil, fornecem os objetos, as agências humanas e os aportes necessários aos estudos sociológicos da cultura no compasso da fixação desta como uma esfera da experiência social, ratificando a distinção fina de mundos e, do mesmo modo, entre ontologias históricas (Farias, 2017). Um complicador a mais, nesse sentido, é a percepção de também estar a Sociologia, por ser parte do segmento de bens simbólicos que informam/formam a reflexividade de pessoas e instituições, inserida nas fronteiras globais dos mercados culturais.

Bibliografia

- ADORNO, S.; RAMALHO, J. R. A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 27-57, maio-ago. 2018.
- ALONSO, Â.; PINHEIRO FILHO, F. A. Instauración y desarrollo de la sociología de la cultura en Brasil. **Sociológica**, México, v. 32, n. 90, p. 259-275, 2017.
- ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Sociedade e estado**, v. 25, n. 3, p. 539-560, 2010.
- ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. 1997.
- ARRUDA, M. A. N. A pós-graduação em sociologia no Brasil: ensaios e reflexão. *In*: MARTINS, C. B. (org.). **Para Onde Vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: EdUSC, 2005. p. 261-266.
- ARRUDA, M. A. N. A trajetória da pesquisa na sociologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, set./dez. 1994. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300040>
- ARRUDA, M. A. N. Cultura brasileira e identidade nacional (comentário crítico). *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. p. 45-51.
- ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.
- BARTHES, R. **Inéditos, vol. 3**: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BASTIDE, R. **Arte e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1971.
- BASTIDE, R. Problemas em sociologia da arte. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 295-305, nov. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200016>
- BASTIDE, R. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Anhambi, 1959.
- BASTOS, É. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: Capes, 2002.

- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. *In*: BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BORELLI, S. H. S. Gêneros ficcionais: matrizes culturais no continente. **Gêneros ficcionais, produção e cotidiano na cultura popular de massa**. São Paulo: Intercom/CNPq/FINEP, 1994. p. 11-17.
- BORELLI, S. H. S. Telenovelas brasileiras: balanços e perspectivas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 29-36, 2001.
- BORELLI, S. H. S.; MIRA, M. C. Sons, imagens, sensações: radionovelas e telenovelas no Brasil. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 19, n. 1, p. 33-57, 1996.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. *In*: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-74.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998b. p. 81-83.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Los Herederos: los estudiantes y la cultura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área**. Sociologia. 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/34_SOCIOLOGIA_documento_2016.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **A democratização e expansão da educação superior no país (2003 - 2014)**. MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 09 maio 2019.
- BUENO, M. L. Do moderno ao contemporâneo: uma perspectiva sociológica da modernidade nas artes plásticas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 41, n. 1, p. 27-47, 2010.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. México: Grijalbo, 1990.
- CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.
- CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006a. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>
- CANDIDO, A. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, p. 67-89, 1970. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i8p67-89>
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 2 v.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.
- CANDIDO, A. *et al.* Literatura e subdesenvolvimento. *In*: CANDIDO, A. **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. v. 2. p. 140-162.
- CAVALCANTI, M. L. V. C.; VILHENA, L. R. Os estudos de folclore no Brasil. *In*: FOLCLORE E CULTURA POPULAR: as várias faces de um debate. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 1992. p. 101-112.
- CERBONCINI, D. Sociologia da cultura: uma interpretação. *In*: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia no Brasil Hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 99-140.

- COHN, G. **Sociologia da Comunicação**: teoria e ideologia. São Paulo: Pioneira, 1973.
- FARIAS, E. O protocolo de pesquisa da circulação na sociologia da cultura, no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 583-614, 2016. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.00030002>
- FARIAS, E. Sociologia e a esfera cultural contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017. <https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.1.01>
- FERNANDES, F. **Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERNANDES, F. **O Folclore em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GADAMER, H.-G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GARCIA, S. G. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 143-167, nov. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200008>
- GRINDSTAFF, L.; HALL, J. R.; LO, M.-C. M. (eds.). **Handbook of cultural sociology**. New York: Routledge, 2010.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.
- HOGGART, R. **La Cultura Obrera em la Sociedad de Massa**. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2013.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo a Lógica do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Atica, 2007.
- LEÃO, A. B. Vamos ao Brasil com Jules Verne?: processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 494-517, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000300004>
- LEFEBVRE, H. **Introdução à Modernidade**: prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MAIA, J. M. E. Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 62, p. 53-71, 2006.
- MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, J. **De los Medios a las Mediaciones**. México: Gustavo Gilli, 1987.
- MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, S. Intelectuais brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 1999. v. 2.
- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. *In*: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**, 1989. v. 1. p. 72-110.

- MICELI, S. **Nacional Estrangeiro**: histórica social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MICHETTI, M. Capítulos da modernidade: moda e consumo na Paris do século XIX. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, n. 1, p. 228-252, 2009.
- MIRA, M. C. Invasão de privacidade? Reflexões sobre a exposição da intimidade na mídia. **Lugar Comum**, n. 5-6, p. 97-116, 1999.
- MIRA, M. C. O moderno e o popular na TV de Silvio Santos. **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, p. 159-175.
- NERY, S. Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 693-716, 2016.
- NETTO, M. N. O Discurso do marketing de lugar e os grandes eventos. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 495-512, 2016.
- NOVAES, F. A. Influências e invenção na sociologia brasileira. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. p. 175-182.
- OLIVEIRA, L. L. Interpretações do Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 1999. v. 2.
- OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). *In*: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, R. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, R. As ciências sociais e os seus sotaques. *In*: ORTIZ, R. **Universalidade e Diversidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ORTIZ, R. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. **O Próximo e o Distante**: Japão e Modernidade-Mundo. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ORTIZ, R. **Um Outro Território**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- PINHEIRO, D.; BERGAMO, A. Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas. *In*: MICELI, S.; BENEDITO, C. (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje II**. Cotia: Ateliê, 2018.
- PINHEIRO FILHO, F. A. Lasar Segall e as festas da SPAM. **Tempo social**, v. 16, n. 1, p. 209-230, 2004.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 29-46, 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83318>
- RAMOS, J. M. O. A ficção audiovisual no Brasil na década de 1990 – nos meandros do local e do global. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 24, p. 275-287, 2002.
- RAMOS, J. M. O. A questão do gênero no cinema brasileiro. **Revista USP**, n. 19, p. 109-113, 1993.
- RIDENTI, M. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2001.

- ROCHA, M. E. M. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300002>
- RODRIGUES, K. M. **Autonomização do campo artístico e singularização da experiência estética**: a instituição do lugar social da arte e do artista em Fortaleza. 2007.
- SCALON, C.; MISKOLCI, R. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 122-135, maio-ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.261>
- SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000a.
- SCHWARZ, R. **Que Horas São?**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, R. **Um Mestre na periferia do Capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2000b.
- SIMIONI, A. P. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, n. 2, p. 1-20, 2010.
- SIMMEL, G. **Philosophie de la Modernité**. Paris: Payot, 1989.
- VILHENA, L. R. da P. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte / FGV, 1997.
- VILLAS BÔAS, G. Vida da crítica: percursos de Mário Pedrosa. **Poiésis**, v. 10 n. 14, p. 11-16, 2009.
- WAIZBORT, L. Influências e invenção na sociologia brasileira (comentário crítico). In: MICELI, S. (org.). **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.
- YUDICE, G. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Resumo

A Sociologia da Cultura no Brasil em artigos (2008–2018)

Neste artigo, a iniciativa de fazer um balanço bibliográfico sobre a produção de artigos na Sociologia da Cultura no Brasil, no intervalo entre 2008 e 2018, responde ao objetivo de refletir sobre uma das facetas da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: a diferenciação epistêmica dessa subdisciplina. O itinerário narrativo do texto está dividido em três seções. Na primeira, os resultados do levantamento bibliométrico subsidiaram o propósito de montar um quadro sintético dessa subárea da Sociologia, tendo em conta o campo acadêmico brasileiro contemporâneo sob crescente inflexão do que se tem chamado de “internacionalização”. No item seguinte, o interesse em vasculhar um conjunto de balanços bibliográficos anteriores pretende identificar as linhas de forças que, a um só tempo, impõem-se como fundo hermenêutico e arquivo referencial dos enunciados identificados à rede discursiva da Sociologia da Cultura, as quais chamamos de regionalidades epistêmicas. A título somente de digressão, ao final ocupamo-nos do encontro e da fusão entre essas regionalidades epistêmicas na produção contemporânea da Sociologia da Cultura brasileira.

Palavras-chave: Sociologia da cultura; Levantamento bibliográfico; Diferenciação epistêmica; Institucionalização; Regionalidades epistêmicas.

Abstract

The Sociology of Culture in Brazil in articles (2008-2018)

In this article, the initiative to make a bibliographic balance on the production of sociology of culture in Brazil, between 2008 and 2018, responds to the objective of reflecting on one of the facets of the social sciences institutionalization in Brazil, namely: the epistemic differentiation of this subdiscipline. The narrative itinerary of the text is divided into three sections. In the first one, the results of the bibliometric survey support the purpose of assembling a synthetic picture of this subarea of Sociology, taking into account the contemporary Brazilian academic field under increasing inflection of what has been called “internationalization”. In the last section, the search for a set of previous bibliographic balances identifies the lines of forces that, at the same time, impose themselves as a hermeneutic background and referential archive of the statements identified to the discursive network of the sociology of culture, which we call epistemic regionalities. In the conclusion, we deal with the encounter and fusion between these epistemic regionalities in the contemporary production of the Brazilian sociology of culture.

Keywords: Sociology of culture; Bibliographic survey; Epistemic differentiation; Institutionalization; Epistemic regionalities.

Résumé

La sociologie de la culture au Brésil en articles (2008-2018)

Dans cet article, l’initiative de réaliser un bilan bibliographique sur la production d’articles de la sociologie de la culture au Brésil, entre 2008 et 2018, répond à l’objectif de réflexion sur l’une des facettes de l’institutionnalisation des sciences sociales au Brésil: la différenciation épistémique de cette sous-discipline. L’itinéraire narratif du texte est divisé en trois sections. Dans la première, les résultats de l’enquête bibliométrique soutiennent le but de dresser un tableau synthétique de ce sous-domaine de la sociologie, en tenant compte du domaine académique brésilien contemporain sous l’inflexion croissante de ce que l’on a appelé « l’internationalisation ». Enfin, dans le point suivant, l’intérêt de rechercher un ensemble de bilans bibliographiques antérieurs vise à identifier les lignes de forces qui, à la fois, s’imposent comme fond herméneutique et archive référentielle des énoncés identifiés au réseau discursif de la sociologie de la culture. que nous appelons les régions épistémiques. À titre de digression seulement, nous traitons finalement de la rencontre et de la fusion de ces régions épistémiques dans la production contemporaine de la sociologie de la culture brésilienne.

Mots-clés : Sociologie de la culture; Enquête bibliographique; Différenciation épistémique; Institutionnalisation; Les régions épistémiques.